COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO

Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Índice

Mensagem da Presidência **5**

1. Sistema Cofecon/Corecon

1.1. Realização de eleições eletrônicas **6**
1.2. Sessões Plenárias **7**
1.3. Demandas dos Corecons nas Sessões Plenárias Ampliadas **9**
1.4. Comissões de Trabalho **10**
1.5. Auxílios e doações **13**
1.6. Programas de Recuperação de Créditos **13**
1.7. Despachos Executivos **14**

2. Conselho Federal de Economia

2.1. Inauguração da nova sede administrativa **15**
2.2. A estrutura organizacional **16**
2.3. Processamento de informações **19**
2.4. Informações Econômico-Financeiras **19**
2.5. Compras e Licitações **22**
2.6. Acompanhamento de Projetos de Lei no Congresso Nacional **24**

3. O Sistema e a Mídia

3.1. Revista Economistas **28**
3.2. Assessoria de Imprensa **28**
3.3. Campanha do Dia do Economista **29**
3.4. Materiais institucionais **30**

4. Eventos

4.1. XXI Congresso Brasileiro de Economia **31**
4.2. XXI Prêmio Brasil de Economia **31**
4.3. V Gincana Nacional de Economia **32**
4.4. Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano **33**
4.5. Visita à Universidade Católica do Salvador **34**
4.6. Defesa junto ao BC das prerrogativas dos Economistas **34**
4.7. Reunião com a Secretária do Orçamento Federal **34**
4.8. III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável **35**
4.9. Recepção aos calouros da UFS **35**
4.10. Colação de grau da FEA/USP **35**
4.11. Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons **36**
4.12. Conselheiros avaliam curso da Unisul Virtual **36**
4.13. Reunião com o relator do PLS 658/07 **37**
4.14. Reunião com o Observatório Social **37**
4.15. Cofecon participa de Encontro de Estudantes **37**
4.16. Presidente recebe Comenda Mérito de Economistas **38**
4.17. Debate na Feira do Empreendedor **38**
4.18. Visita à Secretaria de Patrimônio da União **38**
4.19. XIII Encontro Internacional de Economistas **39**
4.20. Audiência no Banco do Nordeste **39**
4.21. Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal **40**
4.22. XX Encontro de Economistas da Região Sul **40**
4.23. V Encontro de Economistas da Região Sudeste **40**

5. Notas Oficiais do Cofecon **41**

Conselheiros Federais

Paulo Dantas da Costa
Presidente

Júlio Miragaya
Vice-Presidente

Conselheiros Efetivos

Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes do Vale
Fábio José Ferreira da Silva
Francisco Assunção e Silva
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Luiz Amaral Machado
Júlio Miragaya
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Nelson Pamplona da Rosa
Odisnei Antônio Béga
Paulo Dantas da Costa
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner

Conselheiros Suplentes

Airton Soares Costa
Carlos Alberto Safatle
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Jr.
Fernando da Silva Ramos Filho
José Antônio Lutterbach Soares
José Emílio Zambom da Silva
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Maria de Fátima Miranda
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Valery Maineri König
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves
Virgílio Pacheco de Araújo Neto

Conselheiros federais efetivos reunidos na 668ª Sessão Plenária, em 12 de dezembro de 2015, realizada na nova sede do Cofecon. Em pé: Júlio Miragaya, Antonio Melki, Eduardo Costa, João Manoel, Nelson Pamplona, Jin Whan Oh, Celina Ramalho, Róridan Duarte, Paulo Ponzini, Odisnei Béga, Luiz Alberto Machado e Paulo Hermance. Sentados: Erivaldo Lopes, Fábio Silva, Francisco Assunção, Paulo Dantas da Costa, Sebastião Demuner e José Luiz Machado.

Mensagem da Presidência

O ano de 2015 foi marcante para os economistas brasileiros, em razão do que foi possível ser realizado pelos órgãos que integram o sistema composto pelos Conselhos Federal e Regionais de Economia, cabendo, de imediato, destacar o XXI Congresso Brasileiro de Economia – CBE, realizado conjuntamente com o CORECON do Paraná, em setembro/2015. Além da significativa participação dos profissionais e dos estudantes, o XXI CBE ficou marcado pela relevância e atualidade do seu tema central – "A apropriação e a distribuição da riqueza – desafios para o século XXI".

Em 2015 foi realizado pela primeira vez o processo eleitoral para escolha dos membros dos Conselhos Regionais e delegados eleitores de forma eletrônica, via Internet, possibilidade moderna, que oferece a segurança e agilidade que o procedimento requer. Nesse primeiro momento, 21 CORECONs participaram do projeto, restando a expectativa de que nos próximos ocorra a completa adesão de todos os órgãos regionais, de modo a possibilitar a realização da iniciativa de maneira sistêmica.

No final do ano foi inaugurada uma nova sede administrativa do COFECON. Trata-se de um projeto iniciado em gestões anteriores, agora concluído pela efetivação do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, firmado com a Superintendência do Patrimônio da União.

Por fim, cabe enfatizar os agradecimentos aos conselheiros federais, aos presidentes dos CORECONs, funcionários e a todas as pessoas, em especial aos colegas economistas, que participaram da realização das iniciativas do sistema COFECON/CORECONs em 2015.

Econ. Paulo Dantas da Costa
Presidente

Econ. Júlio Miragaya
Vice-presidente.

1.1 Realização de eleições eletrônicas

A realização de eleições eletrônicas para escolha dos conselheiros regionais representa um marco de modernidade na história do Conselho Federal de Economia. O novo método garantiu mais segurança ao processo eleitoral e o tornou mais democrático e legítimo, fortalecendo a representatividade da categoria.

As eleições eletrônicas do Sistema Cofecon/Corecons ocorreram nos dias 29 e 30 de outubro. Por meio do portal Vota Economista, criado exclusivamente com esta finalidade, economistas de 20 estados e do Distrito Federal elegeram os conselheiros e delegados dos Conselhos Regionais de Economia. Nos demais estados, os economistas votaram de forma tradicional – presencial ou por correspondência – conforme decisão dos respectivos Regionais.

A mudança foi idealizada pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Federal de Economia (Cofecon), que pretendia modernizar e dar mais transparência às eleições do Sistema. Para possibilitar o desenvolvimento do novo modelo foi criado um grupo de trabalho que ficou responsável pela operacionalização. A equipe foi formada pelos conselheiros federais Jin Whan Oh (coordenador do grupo), Paulo Ponzini e Róridan Duarte. Este último acabou substituído, devido a outros compromissos, pelo conselheiro Fábio Silva.

O novo sistema democratiza a votação ao ampliar a possibilidade de participação dos economistas brasileiros. Esta é a avaliação de Paulo Ponzini, que considera o modelo eletrônico mais igualitário e prático. “Para o eleitor é muito mais fácil. Ele não precisa se deslocar. Não gasta tempo. Pode votar rapidamente e de qualquer lugar que tenha conectividade”, destaca. Além de aprimorar e modernizar as eleições em si, Fábio Silva ressalta que a inovação do processo agrega outro importante legado: a atualização cadastral dos economistas. “Este é um ganho permanente para o Sistema Cofecon/Corecons”, pontua.

O procedimento eleitoral tem uma modelagem de ponta em termos tecnológicos, também utilizado por outros sistemas de órgãos profissionais. O modelo foi desenvolvido pela companhia espanhola Sctyl Innovating Democracy, referência global em inovação, e ainda contou com uma auditoria externa para garantir a segurança do processo. A preservação do sigilo do voto, a igualdade de expressão das opiniões, o livre e fácil acesso de todos os economistas registrados são alguns quesitos fundamentais do modelo, segundo a gerente de Projetos e Operações da Sctyl Innovating Democracy, Lya Lins.

Por mais seguro que seja o sistema, é indispensável que se realize uma auditoria que legitime todo o processo. Nas eleições do Sistema Cofecon/Corecons, esse papel coube à empresa The Perfect Link. O CEO Fernando Barreira, perito forense computacional e especialista em direito digital, explica que a auditoria do pleito acontece desde a fase do planejamento até a posse dos candidatos eleitos. A empresa analisa os procedimentos, estabelece diagnósticos, propõe adequações e acompanha todos os processos da eleição.

Representantes das comissões eleitorais dos estados participantes estiveram no ato de encerramento das eleições, no dia 30 de outubro, para acompanhar a apuração dos votos. O evento, que aconteceu na sede do Cofecon, em Brasília, contou com a presença do coordenador substituto do Grupo de Trabalho eleitoral, Luiz Alberto Machado, que agradeceu a toda equipe envolvida no processo. Machado também enalteceu o novo modelo. Segundo

ele, o processo eleitoral é agora mais sólido e confiável. “A maior participação dos economistas, que o sistema eleitoral eletrônico deverá proporcionar com o passar do tempo, torna o processo mais legítimo. Isso dá mais força à categoria”, observa.

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, também prestigiou a apuração e comemorou o sucesso da primeira edição do voto eletrônico do Sistema. “Não há outro modelo que ofereça mais lisura e segurança ao processo eleitoral do que este que foi implementado”, elogiou. Para as próximas eleições, Dantas espera participação ainda maior dos Conselhos Regionais e dos economistas do Brasil.

1.2 Sessões Plenárias

No decorrer de 2015 foram realizadas sete Sessões Plenárias, cujas principais decisões são as seguintes:

662ª Sessão Plenária – 30 e 31/01

Resolução nº 1.923 - Cria o III Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons, autoriza os Conselhos Regionais de Economia a promoverem conciliações com os devedores da entidade e dá outras providências.

Resolução nº 1.924 - Inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das Certidões de Dívida Ativa - CDA’s nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

Resolução nº 1.925 - Dispõe sobre o Regulamento do XXI Prêmio Brasil de Economia.

Resolução nº 1.926 - Aprova o Regulamento da V Gincana Nacional de Economia - 2015.

Deliberação nº 4.829 - Homologa processos administrativos apreciados na 662ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

663ª Sessão Plenária – 27 e 28/03

Resolução nº 1.927 - Prorroga o prazo para apresentação da declaração de não ocorrência de fatos ou suspeições que demandem comunicação ao COAF, durante o exercício de 2014.

Resolução n° 1.928 - Altera dispositivo do Manual de Arrecadação do Sistema COFECON/CORECON, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011.

Resolução nº 1.929 - Altera dispositivos do Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros do Sistema COFECON/CORECON, aprovado pela Resolução nº 1.841/2010.

Deliberação nº 4.830 - Homologa os processos administrativos apreciados na 663ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.831 - Homologa processos contábeis apreciados na 663ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

664ª Sessão Plenária – 29 e 30/05

Resolução nº 1.930 - Procede alteração no artigo 46 do Capítulo VIII do Manual de Procedimentos Administrativos do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.851/2011.

Resolução n° 1.931 - Aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico - web voto, referente ao exercício de 2015, e dá outras providências.

Resolução n° 1.932 - Altera dispositivo do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011.

Resolução nº 1.933 - Inclui e detalha a atividade de economia solidária entre as inerentes à profissão de economista, mediante a alteração de tópicos da subseção 2.3.1 do Título II da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

Resolução nº 1.934 - Prorroga até 30 de junho de 2015 os efeitos da Resolução 1.923, de 30 de janeiro de

2015, que cria o III Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon.

Deliberação nº 4.832 - Homologa processos contábeis apreciados na 664ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.833 - Homologa os processos administrativos apreciados na 664ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

665ª Sessão Plenária – 31/07 e 01/08

Resolução nº 1.936 - Inclui e detalha a atividade de economia criativa entre as inerentes à profissão de economista, mediante a alteração de tópicos da subseção 2.3.1 do Título II da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

Resolução nº 1.937 - Procede alterações em dispositivos do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia e adota outras providências.

Resolução nº 1.938 - Dispõe sobre a validade da carteira de identidade profissional do economista e dá outras providências.

Resolução nº 1.939 - Dispõe sobre os símbolos representativos da profissão de economista, o juramento da profissão e dá outras providências.

Deliberação nº 4.834 - Homologa processos contábeis apreciados na 665ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.835 - Homologa os processos administrativos apreciados na 665ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

666ª Sessão Plenária – 12/09

Resolução nº. 1.940 - Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia para o exercício de 2016 e dá outras providências.

Resolução nº 1.941 - Concede auxílio financeiro ao Corecon-AP, a título de empréstimo, determina a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC e dá outras providências.

Deliberação nº 4.836 - Homologa os resultados do XXI Prêmio Brasil de Economia-2015.

667ª Sessão Plenária – 27 e 28/11

Resolução nº 1.942 - Altera dispositivos da Resolução nº 1.936, de 3 de agosto de 2015, que inclui e detalha a atividade de economia criativa entre as inerentes à profissão de economista.

Resolução nº 1.943 - Altera e inclui dispositivos na Seção 6.3 do Capítulo VI da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - Os procedimentos de julgamento ético-profissional.

Resolução nº 1.944 - Altera e detalha as atividades de Mediação e Arbitragem entre as inerentes à profissão de economista, mediante alteração de tópicos da subseção 2.3.1 do Título II da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

Resolução nº 1.945 - Altera o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia e adota outras providências.

Resolução nº 1.946 - Altera dispositivos da Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Sistema Cofecon/Corecons.

Deliberação nº 4.837 - Homologa processos contábeis apreciados na 667ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.838 - Homologa os processos administrativos apreciados na 667ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.839 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia - Exercício de 2015.

668ª Sessão Plenária – 11 e 12/12

Resolução nº 1.947 - Promover a incorporação do Conselho Regional de Economia da 26ª Região - AP ao Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA.

Resolução nº 1.948 - Cria o IV Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons, autoriza os Conselhos Regionais de Economia a promoverem conciliações com os devedores da entidade e dá outras providências.

Deliberação nº 4.840 - Homologa os processos administrativos apreciados na 668ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.841 - Homologa processos contábeis apreciados na 668ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação n.º 4.842 - Conhece do recurso interposto pela Chapa II para no mérito negar-lhe provimento, revoga de ofício a decisão que homologou com

ressalva o dossiê eleitoral do Corecon-MT, declara a nulidade das eleições ocorridas no Regional, determina a realização de Eleição Extraordinária e designa a composição da Comissão Eleitoral.

Deliberação nº 4.843 - Aprova a doação de bens patrimoniais para entidades sem fins lucrativos e baixa dos bens na contabilidade do Cofecon.

1.3. Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas

Duas vezes ao ano, são realizadas sessões plenárias ampliadas onde se reúnem os conselheiros federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Em 2015 elas foram realizadas em fevereiro e em setembro. Como resultado, os presidentes dos Corecons elencaram uma série de solicitações ao Conselho Federal de Economia, a seguir destacadas:

ASSUNTO	STATUS
Regulamentação por parte do COFECON quanto ao Protesto em Cartório, de anuidades em atraso – CORECON-SE e CORECON-RN.	**ATENDIDO.** A Resolução 1.924, de 30 de janeiro de 2015, promoveu alteração no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons contemplando esta possibilidade.
Solicita uma solução do Cofecon para os Conselhos Regionais que não possuem fiscal, tendo em vista que a atividade fim dos Conselhos é a fiscalização do exercício da profissão – CORECON-SE.	**ATENDIDO PARCIALMENTE.** O Cofecon realiza constantemente estudos com vistas a fornecer apoio nas atividades de fiscalização dos Regionais. Em 2015 foi atualizado o Manual de Fiscalização. Ressalta-se que por se tratar de atividade fim dos Conselhos Regionais de Economia a atividade não poderá ser dispensada, devendo os Regionais que não possuem fiscal em seus quadros exercê-la por meio de comissão específica.
Informa a não exigência da ART para projetos financiados pelo Banco do Nordeste, abaixo de R$ 1.000.000,00 e também nos acima desse valor, e cujos projetos podem ser assinados por outros profissionais em lugar do economista, tendo em vista que a legislação do Banco permite esse procedimento. Solicita posicionamento do COFECON quanto Ofício nº 0502/2014, enviado em 17/11/2014, que trata da dispensa de apresentação de Projeto de Viabilidade Econômico-financeira para crédito às micro e pequenas empresas, por parte do BNB – CORECON-SE e CORECON-RN.	**ATENDIDO.** No dia 16 de dezembro dirigentes do Cofecon e Fenecon reuniram-se com o presidente do BNB, Marcos Costa Holanda, propondo estas mudanças no sistema de análise dos pedidos de financiamento. O presidente do Banco se comprometeu em estudar o assunto e brevemente formalizar sua resposta.
Solicita alteração do Registro Remido para que, ao invés de o filiado ficar sem pagar nada, passar a pagar pelo menos 10% do valor da anuidade, tomando por base o modelo já adotado pelo CREA/RN, que concede o desconto de 90% da anuidade – CORECON-RN.	**ATENDIDO.** A resolução 1946, de 30 de novembro de 2015, instituiu o registro Ativo com Desconto, permitindo que os Corecons concedam tratamento especial a economistas com mais de 15 anos de contribuição e com idade superior a 70 anos (homens) ou 65 anos (mulheres).
Solicita a realização de um novo Programa de Recuperação de Créditos – CORECON-PA.	**ATENDIDO.** A resolução 1.923, de 30 de janeiro de 2015, criou o III Programa Nacional de Recuperação de Créditos, e a resolução 1.948, de 14 de dezembro de 2015, criou o IV

	Programa Nacional de Recuperação de Créditos.
Apresenta um estudo sobre o Ponto de Nivelamento do Regional, sugerindo que seja adotado também por outros Regionais – CORECON-PA.	**ATENDIDO.** O Cofecon disponibilizou o estudo a todo o Sistema Cofecon/Corecons.
Criação do Programa Nacional de Economistas Solidários – CORECON-TO.	**ATENDIDO.** Por meio da Resolução nº 1.933/2015 a atividade foi regulamentada e foi divulgada por meio de folder institucional.
Participação do COFECON no Observatório Social do Brasil – CORECON-TO.	**ATENDIDO.** No dia 20 de maio a presidência do Cofecon reuniu-se com o presidente do Observatório Social para conhecer as ações já desenvolvidas em todo o Brasil e verificar de que forma o Conselho pode participar.

1.4 Comissões de Trabalho

Comissão de Tomada de Contas

Formada pelos conselheiros efetivos José Luiz Amaral Machado, que exerceu a presidência; João Manoel Gonçalves Barbosa; e Nelson Pamplona da Rosa. Como suplentes, os conselheiros Erivaldo Lopes do Vale, Fernando da Silva Ramos Filho e Odisnei Antônio Béga. A interface no Cofecon foi feita pelo funcionário Antônio Tolentino.

Nas sessões plenárias realizadas em 2015 foram relatados e aprovados diversos processos contábeis que a seguir são citados de forma agregada:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Balancetes Trimestrais	**81**
Prestação de Contas Anual	**33**
Proposta Orçamentária	**23**
Reformulação Orçamentária	**18**
Prestação de Contas de Auxílio Financeiro	**21**
Avaliação de Controles Internos	**1**
TOTAL	**177**

Comissão de Licitação

Composta pelo conselheiro federal Erivaldo Lopes do Vale, que exerceu a presidência; e as funcionárias Danielle Costa Barbosa e Marília Andrade Rosa Abrantes. O conselheiro federal Sebastião Demuner e os funcionários João Henrique Vieira Costa e Susana Souza Oliveira foram os suplentes. A interface no Cofecon foi feita pelos funcionários Danielle Costa Barbosa e João Henrique Vieira Costa.

Os processos licitatórios trabalhados em 2015 estão informados no item 2.5 deste Relatório.

Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão

A Comissão foi composta pelos conselheiros federais Paulo Salvatore Ponzini, que foi coordenador; Celina Martins Ramalho; Francisco Assunção e Silva; Jin Whan Oh. O superintendente José Carlos de Godoy Júnior, o

presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná, Sérgio Guimarães Hardy, e o economista Carlos Roberto de Castro também fizeram parte da Comissão. A interface no Cofecon foi feita pela funcionária Aline Tales Ferreira.

O principal trabalho da Comissão em 2015 foi a implementação das eleições eletrônicas com o objetivo de garantir maior segurança ao processo e torná-lo mais democrático e legítimo. Foi criado um grupo de trabalho que ficou responsável pela operacionalização do projeto, composto pelos conselheiros federais Jin Whan Oh (coordenador), Paulo Ponzini e Róridan Duarte, que por conta de compromissos profissionais foi substituído pelo coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fábio Silva.

A votação ocorreu nos dias 29 e 30 de outubro pelo site www.votaeconomista.org.br. Todos os economistas regularizados receberam uma senha por e-mail. O voto eletrônico foi implementado nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Os demais economistas votam de forma tradicional - presencial ou à correspondência - conforme decisão dos respectivos Regionais.

Comissão de Educação

Coordenada pela conselheira Celina Martins Ramalho, foi composta pelos conselheiros Carlos Alberto Safatle, Eduardo José Monteiro da Costa, Jin Whan Oh, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Maria de Fátima Miranda, Sebastião Demuner e Valery Maineri König. A interface no Cofecon foi feita pelos funcionários Jane Lopes da Silva, Ana Cláudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira.

A Comissão de Educação foi responsável pela coordenação do Prêmio Brasil de Economia, que compreende cinco categorias: livro de economia; tese de doutorado; dissertação de mestrado; artigo técnico/científico e monografia de graduação. Providenciou a locação do software – disponibilizado gratuitamente aos Corecons - para realização das Gincanas de Economia e organizou com sucesso a quinta edição da Gincana Nacional de Economia, realizada em Curitiba.

O grupo de trabalho também foi responsável por apreciar pedidos de auxílio financeiro a eventos realizados em universidades; por realizar palestras em comemoração ao Dia do Economista em diversos locais do País e entrega de certificado aos melhores alunos nas colações de grau. Outro ponto de destaque foi a visita técnica da Comissão ao Campus Unisul Virtual, em Florianópolis, para avaliar o curso de Ciências Econômicas oferecido pela instituição de ensino na modalidade à distância. A visita ocorreu no dia 17 de abril.

Comissão de Comunicação e Eventos

Coordenada pelo conselheiro federal Jin Whan Oh e composta pelos conselheiros Celina Martins Ramalho, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Júlio Miragaya, Maria de Fátima Miranda e o superintendente José Carlos de Godoy Júnior. A interface no Cofecon foi feita pelos funcionários Manoel Castanho e Natália Kenupp.

Ao longo de 2015 a Comissão de Comunicação trabalhou em três projetos prioritários. A campanha de valorização profissional, realizada na Semana do Economista, teve neste ano um foco nos estudantes de ensino médio, mas também foi preparado um anúncio parabenizando os profissionais. A inserção do Cofecon na mídia foi bastante ampliada com a contratação da assessora Natália Kenupp e do estagiário Júlio Poloni, fortalecendo a equipe de comunicação. E a revista Economistas, além de manter sua periodicidade trimestral, passou a ter ISSN.

Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar

Formada pelos conselheiros Róridan Penido Duarte, que foi coordenador, e Antônio Melki Júnior, pelo superintendente José Carlos de Godoy Júnior e pelos economistas Nei Jorge Correia Cardim, Pedro Afonso Gomes e Carlos Roberto de Castro. Os funcionários Daniel Nunes de Oliveira e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos foram responsáveis pela interface no Cofecon.

A Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar (CNLAP) realizou alterações no manual de arrecadação, contemplando a possibilidade de protesto de dívidas em cartório, a exigência de homologação pelo

Cofecon do reconhecimento de inexigibilidade de débitos pelos Corecons, bem como redefinindo critérios de parcelamento de débitos em atraso e valores mínimos das parcelas; no manual de procedimentos administrativos, determinando que os encontros de funcionários do Sistema Cofecon/Corecons deverão ser realizados, preferencialmente, no primeiro quadrimestre do ano; e no manual de procedimentos contábeis, com inclusão da exigência de documentos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista nos processos de prestação de contas. Além disso, trabalhou na elaboração do III e IV Programa Nacional de Recuperação de Créditos e aprovou a padronização dos símbolos profissionais e do juramento, que deverão ser seguidos por todas as instituições de ensino de Economia do Brasil.

A Comissão também incluiu e normatizou as atividades de economia criativa e economia solidária entre aquelas que são inerentes à profissão de economista, bem como alterou e detalhou a norma que regulamenta as atividades de mediação e arbitragem. Foi também alterado o prazo de validade da carteira profissional do economista, passando o prazo para "indeterminado". Por fim, importantes alterações no normativo de registro profissional deram-se com a revisão dos dispositivos que tratam do registro remido, substituído pelo "Tratamento Especial Dispensado em Função da Idade", bem como outras alterações de registro oriundas de sugestões dos Corecons.

Além disso, a CNLAP atuou visando ao andamento da tramitação do PLS 658/2007 no Congresso Nacional, em audiências no Senado e em reuniões com outros conselhos profissionais, bem como divulgando seu conteúdo e tramitação junto ao Sistema Cofecon/Corecons.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Coordenada pelo conselheiro Odisnei Antônio Béga e composta pelos conselheiros Paulo Hermance Paiva e Valery Maineri König. Os funcionários Maria Aparecida Carneiro, Ana Cláudia Ramos Pinto e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos foram as interfaces no Cofecon.

A Comissão atuou em 142 processos em nível de recurso, resultantes da ação de fiscalização dos Corecons. Grande parte deles dizia respeito a registro de pessoas jurídicas, mas também houve muitos pedidos de cancelamento alegando não exercício da profissão – na maioria dos casos, o pedido era rejeitado porque o profissional atuava dentro do campo estabelecido para a profissão de economista.

Comissão de Política Econômica

Incialmente, a comissão foi coordenada pelo conselheiro Francisco Assunção e Silva, substituído pelo conselheiro Fábio José Ferreira da Silva, que a coordenou até dezembro de 2015. Formada pelos conselheiros Antônio Melki Júnior, Eduardo José Monteiro da Costa, Francisco Assunção e Silva, Róridan Penido Duarte e Júlio Miragaya, teve como interface, no Cofecon, as funcionárias Maria Aparecida Carneiro e Jane Lopes da Silva.

A Comissão de Política Econômica ampliou a participação do Cofecon no debate nacional a partir da elaboração de cartas e notas oficiais. Os documentos foram divulgados em coletivas de imprensa para os maiores veículos do País. As Cartas e Notas estão no item 5 deste Relatório.

A Comissão também foi responsável pela organização de debates de conjuntura econômica durante as Sessões Plenárias. Os debates foram os seguintes:

DATA	PALESTRANTE	ASSUNTO
27/03	Bruno Quick – gerente de Políticas Públicas do Sebrae	O papel das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico do Brasil e o modelo tributário
29/05	Regina Alvarez – coordenadora de Economia do jornal O Globo em Brasília	Relacionamento dos economistas e do Cofecon com a mídia
31/07	Carlos Eduardo de Freitas, presidente do Corecon-DF; e Newton Marques, conselheiro regional pelo Corecon-DF	Política Monetária no Brasil e Mecanismos de Funcionamento do Mercado Financeiro

Comissão de Desenvolvimento Regional

Coordenada pelo conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa e composta pelos conselheiros federais Erivaldo Lopes do Vale, Paulo Hermance Paiva e Júlio Miragaya. A interface no Cofecon foi feita pelas funcionárias Maria Aparecida Carneiro e Jane Lopes da Silva.

A principal atividade da Comissão foi a organização de debate no dia 30 de janeiro, durante a 662ª Sessão Plenária Ordinária, com a secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Adriana Melo Alves. A secretária discutiu com os economistas a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

1.5 Auxílios e doações

Em 2015 foram aprovados pelo Plenário do Cofecon os seguintes auxílios financeiros:

PROCESSO	INTERESSADO	ASSUNTO	VALOR SOLICITADO	VALOR CONCEDIDO
16834	FENECON	VIII ENESE	R$ 5.000,00	R$ 3.000,00
16885	Corecon-PR	V Gincana Nacional de Economia	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00
16923	Corecon-PA	Prêmio de Monografia 2015	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
16938	Corecon-Pr	25º Prêmio Paraná de economia	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
16948	Corecon-Rn	XV Prêmio RN de economia 2015	R$ 3.456,00	R$ 3.456,00
16958	Corecon-AL	3º Prêmio de estímulo ao estudante	R$ 3.630,00	R$ 3.630,00
16967	ENECO	XLI ENECO	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
16670	Corecon-PR	XXI CBE	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
17007	Corecon-RS	XX ENESUL	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00
17018	Corecon-ES	XX Prêmio Espirito Santo	R$ 3.456,00	R$ 3.000,00
17031	Corecon-PI	Prêmio Piauí de Economia - 2015	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
17036	Corecon-GO	XI Prêmio "Leopoldo de Bulhões"	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
17037	Corecon-PE	IX Prêmio de Economia Dirceu Pessoa	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
17039	Corecon-AM	XIII Prêmio Amazonas de Economia	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
17045	ANGE	XXX Congresso Nacional da ANGE	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00
17047	AKB	VIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira	R$ 20.000,00	R$ 3.000,00
17083	Corecon-RO	IV Prêmio de Monografia 2015	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
17112	Corecon-MA	XI Prêmio CORECON-MA	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
17207	Corecon-TO	VIII Prêmio de Monografia do CORECON-TO	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
17202	Corecon-DF	XXII Prêmio CORECON-DF	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00

1.6 –Programas de Recuperação de Créditos

No intuito de reduzir o quadro de inadimplência existente no Sistema Cofecon/Corecon e tendo em vista o êxito obtido por Conselhos Regionais que aderiram ao mesmo, foi instituído em 2015 o III Programa de Recuperação de Créditos, com vigência até o dia 29 de maio de 2015, autorizando os Corecons a promoverem conciliações com os devedores da entidade.

Desta maneira, nos Regionais que aderiram ao programa, os economistas que possuíam débitos puderam parcelá-los (em um máximo de 30 vezes, com parcelas de no mínimo cinquenta reais), bem como obter descontos sobre o valor da multa e juros, a critério de cada Corecon.

Por solicitação dos Conselhos Regionais de Economia, uma quarta edição do programa foi aprovada pelo plenário do Cofecon, tendo vigência de 1º de janeiro a 31 de março de 2016 e elevando para cem reais o valor da parcela mínima.

1.7 – Despachos Executivos

Um procedimento utilizado em anos recentes na gestão do Sistema Cofecon/Corecon tem sido os despachos executivos. Eles consistem em reuniões de trabalho da presidência do Cofecon, juntamente com sua assessoria, e com os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia.

Nessas reuniões são tratadas ações dinâmicas que ocorrem no sistema, tais como: revisão e atualização do plano de trabalho, rotinas de funcionamento do sistema, agilidade na comunicação e nos encaminhamentos de soluções aos problemas vivenciados. O Cofecon também informa sobre o andamento de questões como o PLS 658/07, principal projeto de interesse da categoria tramitando no Congresso Nacional. Além disso, os presidentes dos Corecons apresentam suas demandas e experiências de sucesso.

Estes encontros resultam no imediato apoio do Cofecon aos Conselhos Regionais de Economia na solução de problemas específicos que, de algum modo, travam o desenvolvimento das atividades-fim dos Corecons.

Em 2015 foram realizados os seguintes encontros:

Região Norte: 13/05/2015

Participantes: Paulo Dantas da Costa e Júlio Miragaya (Cofecon), Florêncio Costa de Melo e Cícero Ivo Moura Bezerra (Corecon-RR), Júlio Cezar Ramos Nogueira (Corecon-RO), Marcus Anselmo da Cunha Evangelista (Corecon-AM), Higor de Sousa Franco (Corecon-TO), Nélio Geraldo Bordalo Filho (Corecon-PA) e Aline Tales Ferreira (Coordenadora de Apoio ao Sistema).

Região Sul: 06/08/2015

Participantes: Paulo Dantas da Costa e Júlio Miragaya (Cofecon); Fernando Ferrari Filho e Everton André Batista Lopes (Corecon-RS); Paulo Roberto Polli Lobo (Corecon-SC); Eduardo Moreira Garcia (Corecon-PR); Helena Edi Cruz (Gerente Executiva do Corecon-RS); e Aline Tales Ferreira (Coordenadora de Apoio ao Sistema)

2.1 Inauguração da nova sede administrativa

O Conselho Federal de Economia ganhou uma nova casa em 2015. A nova sede administrativa da autarquia foi inaugurada em 11 de dezembro, pelo presidente Paulo Dantas da Costa. O espaço, localizado no 12º andar do Ed. Palácio do Comércio, foi cedido pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) em 2014; as obras tiveram início já em 2015. A cerimônia de inauguração foi prestigiada por ex-presidentes e ex-vice-presidentes do Cofecon, presidentes dos Conselhos Regionais, conselheiros, economistas e funcionários da autarquia.

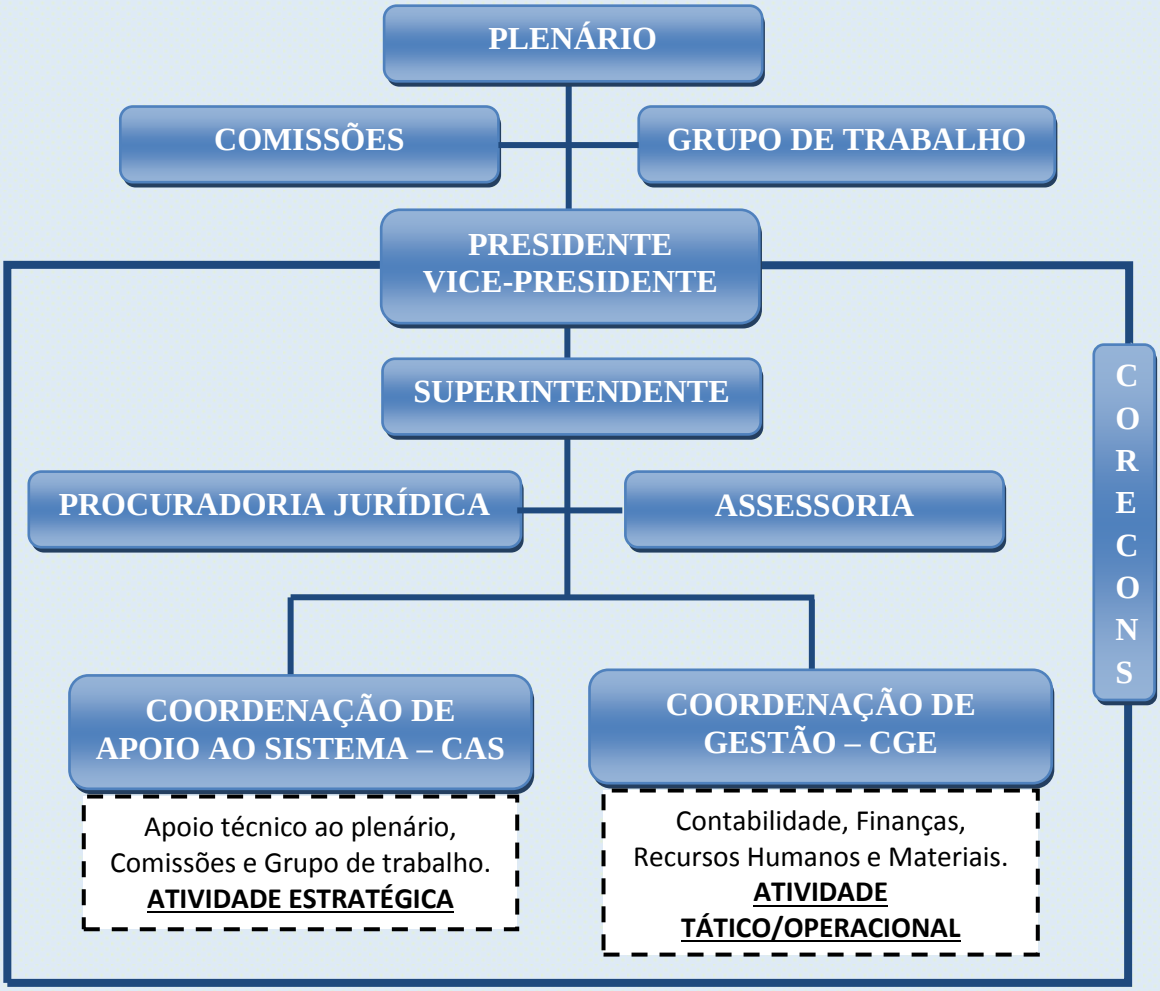
Em seu discurso, Paulo Dantas da Costa enfatizou os esforços dos economistas do Distrito Federal nas tratativas com a SPU, especialmente o vice-presidente, Júlio Miragaya; o ex-presidente Mário Sérgio Sallorenzo; e o economista Roberto Piscitelli. Destacou também o trabalho do presidente Ermes Tadeu Zapelini e do economista Marcos Calheiros nas tratativas com o presidente do Senado, órgão ao qual estava cedido o imóvel. O presidente ressaltou que há anos a autarquia buscava um novo espaço que pudesse atender melhor as demandas dos economistas brasileiros. “É um processo que se iniciou, até onde vai nosso conhecimento, na gestão do ex-presidente Waldir Pereira Gomes. Asseguro que patrimônio que nos foi cedido terá o melhor uso possível. Vamos honrar esse espaço que é a nossa nova casa e de nossos profissionais”, afirmou.

O presidente do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, José Augusto Viana Neto, esteve na mesa diretora da solenidade de inauguração e enalteceu a atuação de Paulo Dantas da Costa à frente do Conselho. “Parabéns pelo trabalho que tem feito, que conta com todo o apreço, respeito e consideração dos demais conselhos de classe. Que este espaço seja palco de muitas conquistas para a sociedade. Tenho certeza de que os profissionais aqui inscritos estão orgulhosos por mais essa conquista tão significativa para toda a categoria. Quando o Conselho cresce, se aprimora, se moderniza, todos são beneficiados, inclusive a população”.

A superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal, Valéria Caetano Soares, e o chefe de divisão da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), o economista Evaldo de Santana Rodrigues, foram homenageados com uma placa em nome do Conselho. “Parabenizamos o Cofecon por transformar o lugar para bom uso do patrimônio da União, que é um bem que pertence a todos nós”, ressaltou Valéria Soares.

Após a cerimônia, foi realizado o ato de descerramento da placa de inauguração da nova sede administrativa do Cofecon, seguido de um coquetel de confraternização.

2.2. A estrutura organizacional



Colaboradores

Superintendente: José Carlos de Godoy Junior
Procurador-Chefe: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos
Coordenadora de Apoio ao Sistema: Aline Tales Ferreira
Assessores: Fernando Athaide Nóbrega Filho, Maria Aparecida Carneiro e Natália Lepsch Kenupp Batista

Profissionais de Atividade Estratégica – PAE
Advogadas: Marilia Andrade Rosa Abrantes e Susana Souza Oliveira
Contador: Antonio Tolentino
Jornalista: Manoel José Castanho

Profissionais de Suporte Técnico – PST
Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza
Técnico de Informática: Danyel Willian Santos Teófilo
Assistentes Administrativos: Ana Claudia Ramos Pinto, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa, João Henrique Vieira Costa e Lilian de Souza Barbosa

Profissionais de Suporte Administrativo – PSA
Auxiliar Administrativa: Jane Lopes da Silva
Recepcionista: Alexandre Café Rodrigues
Auxiliar de Serviços Gerais: Edna Barroso Machado

A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Procuradoria Jurídica, Superintendência, Coordenação de Apoio ao Sistema e Coordenação de Gestão.

Procuradoria Jurídica

O Setor Jurídico do Conselho Federal de Economia é responsável pelas demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como representa os interesses do Conselho judicial e extrajudicialmente, seja no âmbito Judiciário, Legislativo, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Outra atividade realizada é a análise de documentos que envolvam matéria jurídica de média ou grande complexidade de caráter opinativo, despachos jurídicos (matérias que envolvem questões jurídicas), elaboração de pareceres e auxílio a outros setores do Cofecon, bem como aos Conselhos Regionais de Economia.

Além disso, a Procuradoria Jurídica acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Licitação. Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões e o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, bem como a atuação junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que são realizados durante o ano.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o ano de 2015 pelo Setor, destacam-se a atuação em todos os processos judiciais que tramitam nas diversas instâncias do Poder Judiciário, tais como processos de cancelamento de registro de pessoa física e jurídica no TRF 1ª Região; processos trabalhistas no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; bem como acompanhou o andamento de todos os demais processos em que o Conselho Federal de Economia figura como parte ou *amicus curiae*, especialmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), tratam do Regime Juridico Único no âmbito dos Conselhos das Profissões Regulamentadas que tramitam no Supremo Tribunal Federal bem como Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Além disso, a Procuradoria ainda atuou no processo de Intervenção no Conselho Regional de Economia do Estado do Mato Grosso, onde foi designado um Conselheiro para atuar como interventor, bem como foram designados Conselheiros Federais para formar a Comissão de Tomada de Contas Especial para analisar as contas do Regional. Vale registrar que o processo de Intervenção no Regional buscou restabelecer a normalidade da situação econômico-financeira e administrativa do Corecon-MT a fim de manter a continuidade dos serviços, a eficiência e a segurança da fiscalização da profissão de economista no Estado do Mato Grosso.

Quanto aos processos internos do Cofecon, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto processos que envolvem licitações e contratos da Autarquia, processos administrativos em geral e aqueles provenientes dos Corecons para análise de recurso.

Foram analisados ao todo 112 (cento e doze) processos que dizem respeito aos pedidos de cancelamento de pessoas físicas e jurídicas, remissão de débitos, suspensão de registro e cancelamento por falecimento de economistas; 56 (cinquenta e seis) processos referentes ao exercício ilegal da profissão, 28 (vinte e oito) análises de dossiês eleitorais, 3 (três) processos de homologação de Regimento Interno de Conselhos Regionais, 19 (dezenove) processos de análise de pedidos de apoio financeiro provenientes dos Conselhos Regionais, bem como consultas formuladas tanto pelos Regionais, quanto pelos demais setores do Cofecon.

E, por fim, foram analisados 45 (quarenta e cinco) processos oriundos do Setor de Licitações e Compras.

São lotados na Procuradoria Jurídica os seguintes funcionários: Procurador-Chefe: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos; Advogadas: Susana Souza Oliveira e Marília Andrade Rosa.

Coordenação de Apoio ao Sistema

A Coordenação de Apoio ao Sistema é responsável por prestar apoio administrativo e técnico aos Conselhos Regionais de Economia e ao Plenário do Cofecon, incluindo as Comissões de Trabalho do Cofecon. No ano de 2015 essa coordenação foi responsável pela organização de 7 (sete) Sessões Plenárias, bem como prestou todo suporte administrativo para realização do XXI Prêmio Brasil de Economia e V Gincana Nacional de Economia. Destaca-se o suporte administrativo à Comissão Organizadora do XXI Congresso Brasileiro de Economia.

Ainda no âmbito da Coordenação, tem especial relevância a realização do Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons. O evento ocorreu em Brasília, na sede do Sebrae/DF, e contou com a participação de 65 pessoas entre gerentes e fiscais dos Regionais, que trocaram experiências de sucesso e participaram de cursos e palestras sobre as atividades desempenhadas nos Conselhos.

A Coordenação também trabalhou junto à Comissão de Modernização e Qualidade da Gestão para implementar as eleições eletrônicas no Sistema Cofecon/Corecons. Após uma série de reuniões, projetos, testes e ajustes, o sistema ficou pronto para ser usado em 2015 e, nos dias 29 e 30 de outubro, economistas de 21 estados puderam eleger seus novos representantes por meio do portal www.votaeconomista.org.br. Participaram do projeto os Corecons dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

No ano de 2015 foi renovado o convênio com o Ministério do Trabalho para utilização dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). A utilização dessa base de dados contribuiu para aumentar a eficiência do processo de fiscalização. Ademais, foram emitidos diversos relatórios técnicos nos processos referentes ao registro profissional e outros processos administrativos em tramitação nessa Coordenação, bem como relatórios técnicos referentes a questionamentos enviados ao Cofecon por e-mail.

O Setor Atendimento aos Regionais é responsável por receber as demandas dos Conselhos Regionais de Economia e da sociedade, e distribuir internamente aos setores responsáveis no Cofecon. Nesse setor, tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional (142 processos apreciados), solicitações de auxílio financeiro (24 processos apreciados, perfazendo R$ 189.586,00 o valor concedido para os eventos do sistema e relacionados), homologação dos regimentos internos (2 processos apreciados) e dossiês eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia. No ano de 2015, o setor foi responsável por responder 1045 (um mil e quarenta e cinco) questionamentos dos Corecons e da sociedade, e 3.376 (três mil trezentas e setenta e seis) atualizações cadastrais de CPF e CNPJ junto ao banco de dados da Receita Federal (Serpro).

São lotados na Coordenação de Apoio ao Sistema os seguintes funcionários: Coordenadora: Aline Tales Ferreira Sette; Secretaria: PSA – Auxiliar Administrativo: Edna Barroso Machado, Alexandre Café Rodrigues, Jane Lopes da Silva e PST – Assistente Administrativo: Lilian de Souza Barbosa; Atendimento aos Regionais: PST – Assistente Administrativo: Ana Claudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira; Setor Técnico: PAE – Economista: Maria Aparecida Carneiro; Imprensa: PAE – Jornalista: Manoel Castanho e Assessora I: Natália Lepsch Kenupp de Souza.

Coordenação de Gestão

A Coordenação de Gestão tem, dentre suas atribuições, a função de participar interativamente no processo de planejamento das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais, relativamente à gestão administrativa e financeira do Cofecon e dos Corecon's. Integram à Coordenação de Gestão os Setores de Compras e Licitações e Tecnologia da Informação, cujas principais atividades realizadas no exercício de 2013 estão descritas nos seguintes itens deste relatório: 2.3 - Processamento de informações e 2.5 Compras e Licitações.

Destaca-se a atuação do Setor de Contabilidade, responsável pela contabilidade interna do Cofecon, bem como por prestar suporte à Comissão de Tomada de Contas, a qual analisou 177 (cento e setenta e sete) processos no exercício de 2015, conforme demonstrado no item 1.3 deste relatório, Comissões de Trabalho.

São lotados na Coordenação de Gestão: Setor de Compras e Licitações: PST – Assistente Administrativo: Danielle Costa Barbosa; Setor de Recursos Humanos: PST – Assistente Administrativo: João Henrique Vieira Costa; Setor de Contabilidade: PAE – Contador: Antônio Tolentino; PST – Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza

Barbosa; Setor de Tecnologia da Informação: Assessor de Tecnologia da Informação: Fernando Athaíde N. Filho e PST – Técnico de Informática: Danyel Willian Santos Teófilo.

Superintendência

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; o acompanhamento do orçamento e dos projetos do Cofecon; e assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecon.

Entre os trabalhos realizados em 2015, destaca-se a negociação com o Banco do Brasil, que permitiu ao Cofecon a padronização das tarifas dos serviços de cobranças bancárias para os Conselhos Regionais de todo o País. Desde julho, foi estipulada uma taxa única de R$ 1,85 por operação. A parceria é válida por cinco anos e os valores são reajustados anualmente.

2.3 – Processamento de informações

O setor de Tecnologia da Informação manteve o apoio às iniciativas realizadas pelo Cofecon, tais como os sistemas da Implanta como um todo e o sistema de carteirinhas, além de suporte técnico de softwares e hotsites nas campanhas e ações promovidas pela autarquia – tais como o Prêmio Brasil de Economia e a Gincana Nacional de Economia.

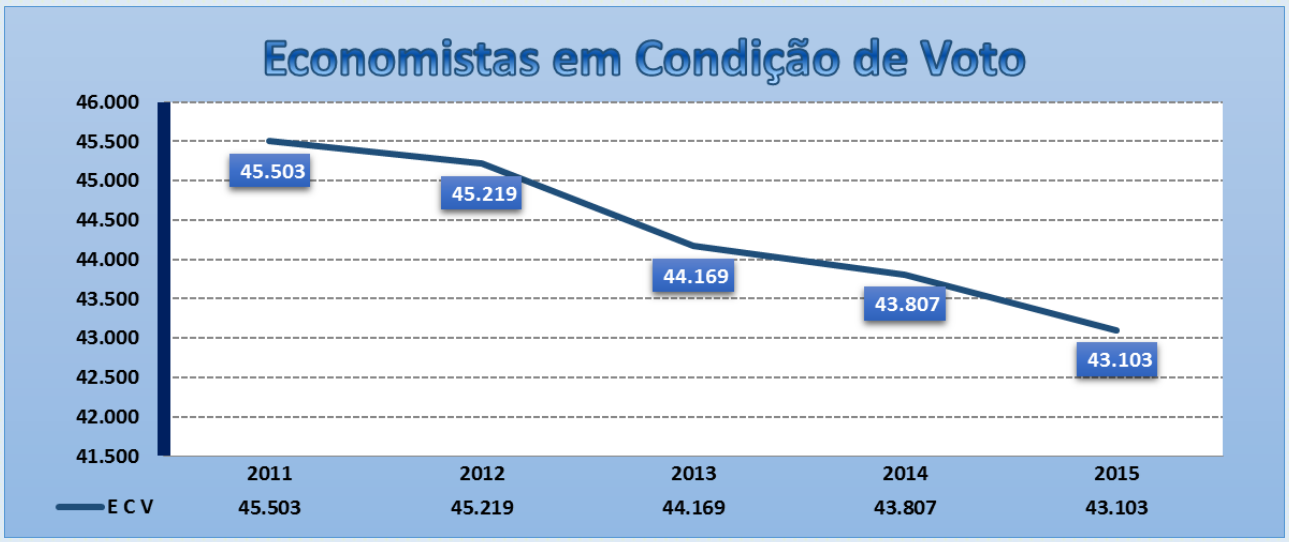
A equipe de TI teve papel importante no planejamento e execução do projeto referente às eleições eletrônicas, realizadas em outubro com a participação de 21 dos 27 Conselhos Regionais de Economia.

Também destacam-se entre os trabalhos de 2015 a mudança de toda a estrutura tecnológica do Cofecon para a nova sede, inaugurada em dezembro do mesmo ano, e a aquisição de novo servidor para o sistema SiscafWeb.

2.4 – Informações Econômico-Financeiras

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015	Var.11/15
E C V	45.503	45.219	44.169	43.807	43.103	-5,27%
Reserva Financeira	1.883.068	1.918.087	1.745.829	2.004.189	1.599.880,79	-15,03%
Receita Total	4.739.970	4.713.550	4.640.612	5.078.988	5.776.235,91	21,86%
Receita Transferências	4.441.991	4.488.317	4.456.874	4.798.033	5.132.432,75	15,54%
Receita Financeira (Aplicação em CDB)	297.979	225.233	183.738	280.956	388.435,62	30,35%
Despesa Total	4.680.526	4.693.930	4.801.391	4.767.984	6.165.725,59	31,73%

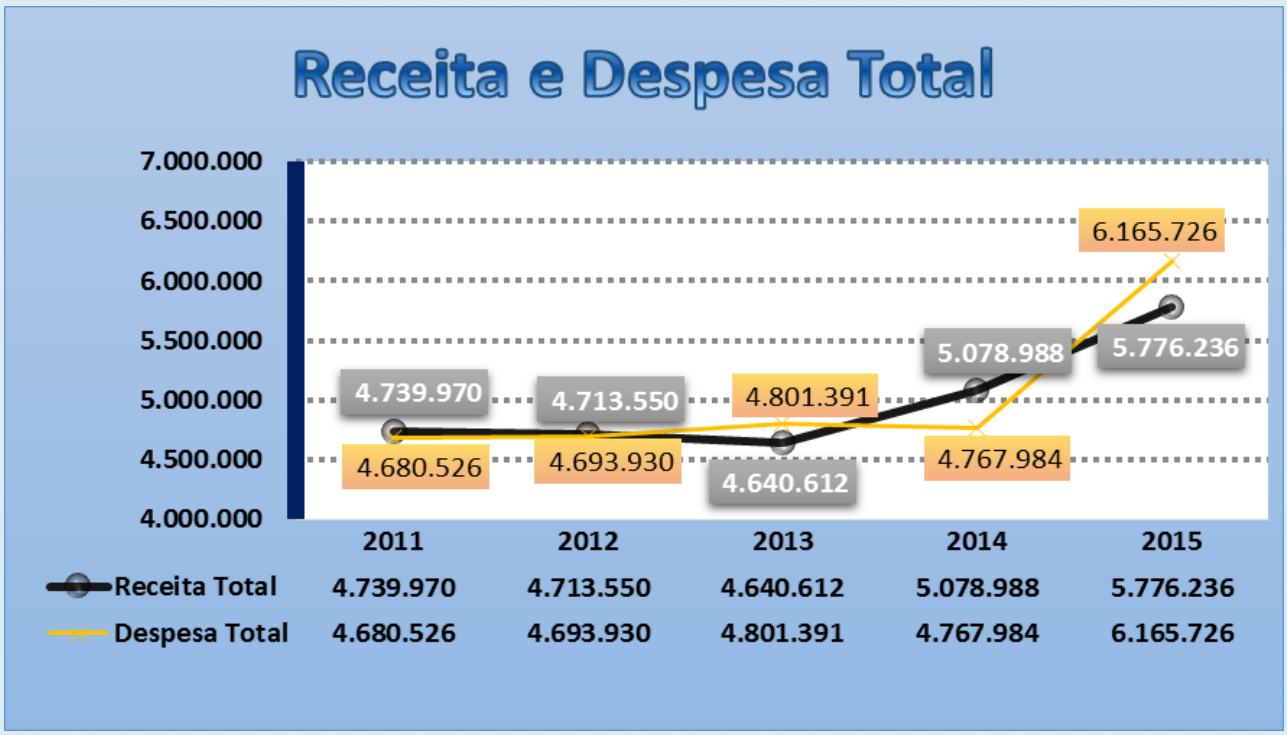
O número de Economistas em Condições de Voto (ECV) vem tendo uma queda desde 2011, com uma redução de 1,60% em relação a 2014 e de 5,27% na comparação 2011/2014.



Destaque para a receita total, composta pelas receitas de transferências e a receita de aplicação sobretudo em CDB, na qual foi obtido o primeiro resultado superior ao de 2011, variando 38,25% em relação a 2014 e 30,35% na comparação com 2011.

A despesa nominal em 2015 registrou uma alta em relação a 2014 de 29,31% e de 31,73% na comparação com 2011. Uma das principais razões para esta alta foi a despesa realizada com as obras de reforma da nova sede do Cofecon, no valor de R$ 533.735,96, bem como a elevada inflação durante o ano.

Em 2015 o Cofecon apresentou uma receita de R$ 5.776.235,91 contra uma despesa de R$ 6.165.725,59. O gráfico abaixo apresenta o comportamento das receitas e das despesas, em valores nominais. Nos últimos anos, foi atingido o maior superávit (receita menos despesa) de todo esse período (2011 a 2015) no valor de R$311.004,00, em 2014.



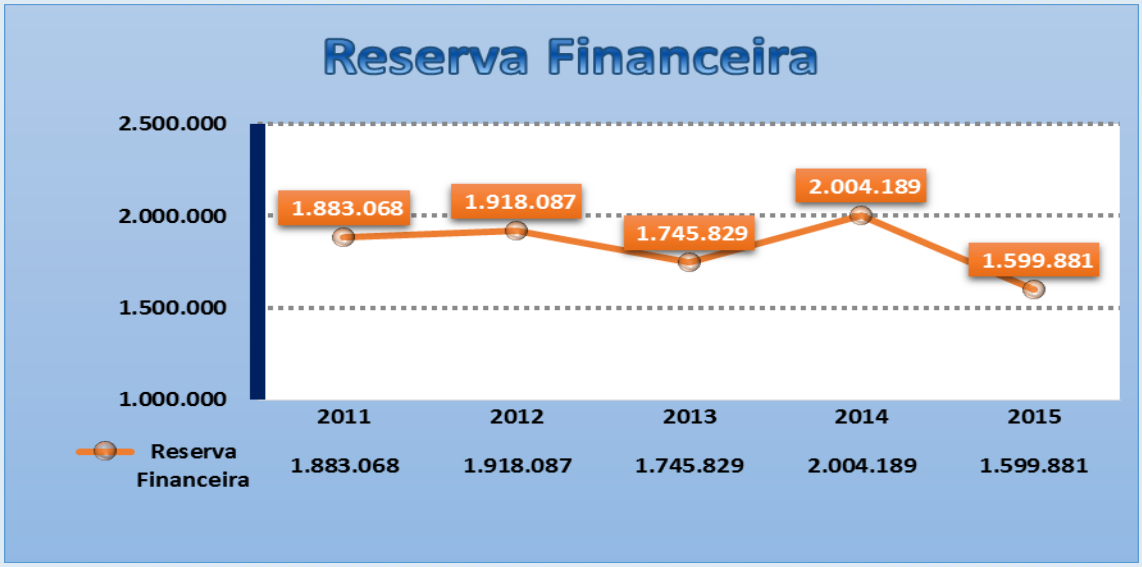
O quadro seguinte mostra o comportamento mais detalhado das despesas nos últimos anos, com o aumento para as despesas de pessoal, justificado pela implantação do novo plano de cargos e salários a partir de setembro de 2012; e a grande performance para os itens de diárias e passagens aéreas, que no comparativo 2011 a 2015, apresentou uma significativa redução de 26,42% e 39,17% respectivamente. Outro destaque positivo foram as despesas bancárias, com uma forte redução de 33,56% em comparação a 2011.

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015	Var.11/15
Pessoal	1.531.500	1.765.744	1.981.940	2.104.384	2.754.272,79	79,84%
Diárias	585.938	448.055	379.504	406.290	431.105,52	-26,42%
Passagens	755.357	486.290	382.957	394.644	459.411,14	-39,17%
Despesas de Informática	271.972	262.270	293.779	309.283	367.842,71	35,25%
Despesas Bancárias	173.666	198.767	196.336	83.038	115.371,71	-33,56%
Plano de Saúde	118.413	156.455	194.747	189.686	324.802,81	174,29%
Telefonia + Internet	67.660	71.226	74.489	57.388	66.983,57	-0,99%

O aumento da despesa com plano de saúde deve-se à contratação de um plano emergencial para que os funcionários do Conselho não ficassem sem cobertura durante a migração para outros planos. Em vez de contratar uma operadora, o Cofecon passou a reembolsar os custos individualmente, até um valor limite estabelecido em portaria.

Evolução do saldo financeiro

Em dezembro de 2015 o Cofecon possuía um saldo financeiro de R$ 1.599.880,79 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e nove centavos), o que significa um decréscimo de 20,17% em relação ao saldo do exercício financeiro de 2014, em valores nominais. A redução se justifica, em especial, devido à inversão feita na reforma da nova sede administrativa do Cofecon.



Aspectos das receitas

As receitas do Cofecon, em sua quase totalidade, são originárias da cota-parte proveniente dos Corecons, a qual corresponde a 20% do total por eles arrecadado. No quadro a seguir verifica-se a receita proveniente de cada Corecon, bem como sua participação na arrecadação do Cofecon.

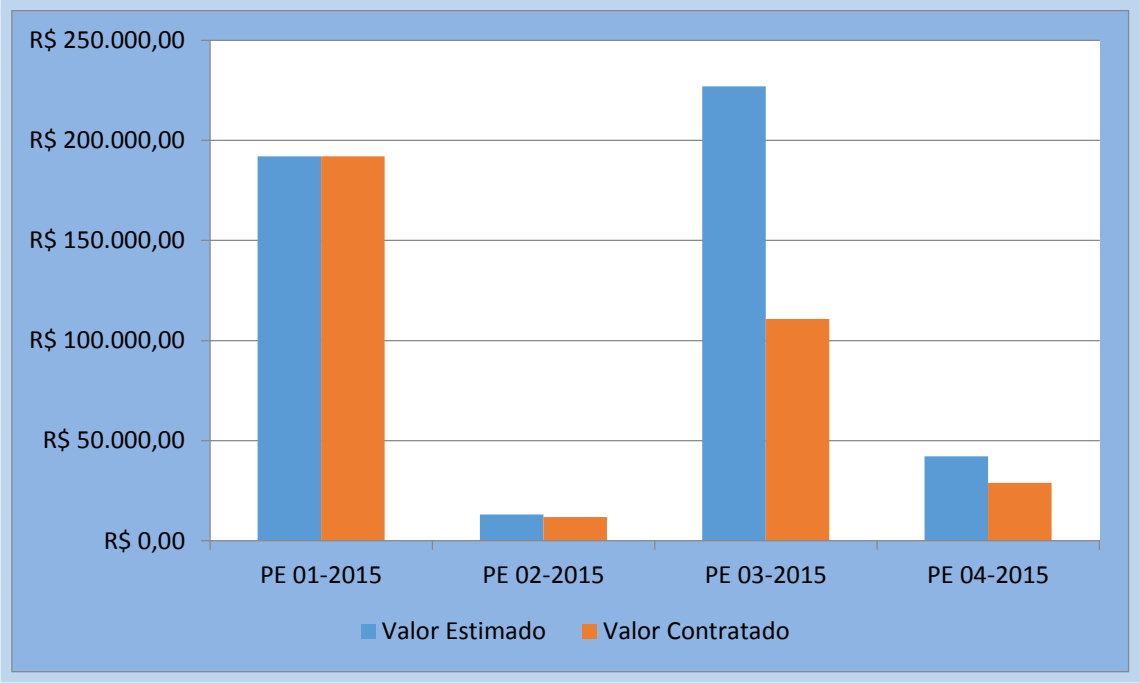
CORECON	Participação no total	Arrecadação
2ª Região - SP	28,65%	1.468.176,93
1ª Região - RJ	18,25%	935.124,21
10ª Região - MG	6,60%	338.382,21
4ª Região - RS	6,25%	320.533,38
6ª Região - PR	4,99%	255.757,21
11ª Região - DF	4,57%	234.624,93
5ª Região - BA	4,41%	225.983,16
13ª Região - AM	2,36%	121.412,64
9ª Região - PA	2,25%	115.513,73
3ª Região - PE	2,12%	108.859,65
8ª Região - CE	1,90%	97.584,34
7ª Região - SC	1,79%	91.715,99
17ª Região - ES	1,69%	87.090,47
18ª Região - GO	1,68%	86.407,23
14ª Região - MT	1,46%	74.980,25
20ª Região - MS	1,19%	61.218,10
22ª Região - PI	0,96%	49.422,08
15ª Região - MA	0,90%	46.436,57
19ª Região - RN	0,84%	43.318,75
21ª Região - PB	0,73%	37.582,50
16ª Região - SE	0,71%	36.793,01
12ª Região - AL	0,70%	35.967,47
25ª Região - TO	0,57%	29.744,34
24ª Região - RO	0,40%	20.946,31
23ª Região - AC	0,32%	16.614,03
27ª Região - RR	0,21%	11.010,94
26ª Região - AP	0,17%	8.796,66
TOTAL	100,00%	5.132.432,75

2.5 – Compras e Licitações

O Conselho Federal de Economia, Autarquia Pública Federal criada pela Lei 1.411/1951, está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Neste exercício, todas as suas despesas correntes e de capital foram executadas observando o disposto na legislação pertinente. A tabela a seguir traz os valores contratados em 2015.

Licitações realizadas em 2015	Valor Contratado
Dispensas de Licitação	R$ 22.424,42
Inexigibilidade de Licitação	R$ 459.697,00
Pregão	R$ 343.643,00
Tomada de Preços	R$ 646.884,69
Adesão à Ata de Registro de Preço	R$ 49.628,00
Contratações em 2015	**R$ 1.522.277,11**

Nos certames cuja modalidade foi Pregão é possível mensurar a economia gerada se comparados os valores estimativos aos valores de adjudicação. Abaixo é apresentado o gráfico que demonstra este fato:



Além das contratações efetivamente feitas em 2015, outros contratos, devidamente precedidos de pesquisas de preços de mercado, tiveram prazo prorrogado e atualização monetária através de termos aditivos, sendo constatada economicidade sob o ponto de vista financeiro. Neste demonstrativo também estão inseridas as contratações que tiveram aditamentos do objeto:

PROCESSO	Modalidade de Contratação	FORNECEDOR	VALOR CONTRATADO
15.527/2012	Pregão Eletrônico	VALID (carteiras profissionais)	R$ 153.700,00
15.870/2013	Dispensa de Licitação	Dexion Informática LTDA (software contábil)	R$ 2.461,56
15861/2013	Dispensa de Licitação	Omniware (serviços de extração de publicações de diários oficiais)	R$ 480,00
16016/2013	Adesão à Ata	Exemplus (organização de eventos)	R$ 159.500,76
14.730/2010	Tomada de Preços	Área Comunicação	R$ 300.000,00

15822/2013	Pregão Eletrônico	Gestemaq (manutenção de ar-condicionado)	R$ 7.810,00
15.104/2011	Adesão à Ata	VIVO S/A (telefonia móvel)	R$ 64.578,13
15.228/2011	Dispensa de Licitação	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	R$ 6.439,44
15.300/2011	Pregão Eletrônico	SLC (passagens aéreas)	R$ 617.293,03
15.698/2012	Dispensa de Licitação	IEL (estagiários)	R$ 669,96
15.893/2013	Inexigibilidade	Sandroni (software para Gincana)	R$ 17.072,85
15.570/2012	Inexigibilidade	EBC (serviços de publicidade legal)	R$ 10.000,00
Valor Global dos Contratos		**R$ 1.340.005,73**	

2.6 - Acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional

O acompanhamento de projetos de lei de interesse da categoria no Congresso Nacional é realizado por meio de assessoria parlamentar especializada, que presta, dentre outros, os seguintes serviços:

- pesquisa e levantamento de todos os projetos de lei de interesse do Cofecon;
- definição, junto ao Cofecon, dos projetos de lei que afetam o Conselho, os que afetam os economistas e os que são de interesse temático da profissão.

Na Câmara dos Deputados, registra-se o PLP 200/1989, que dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos da Diretoria e Presidência do Banco Central do Brasil. Entre os PLPs apensados, dois preveem a indicação pelo Conselho Federal de Economia de um membro para compor o Conselho Monetário Nacional: PLP 67, de 1995, e o PLP 261, de 2007.

No Senado Federal, destacamos o PLS 658/2007 que altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de economista. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e tem como relator o senador Romero Jucá. Ao longo do ano o Cofecon manteve reuniões com o relator, buscando definir as áreas de atuação que correspondem ao economista e áreas de profissões correlatas, de modo a agilizar a tramitação do projeto e preservar o campo de trabalho dos economistas.

Os projetos acompanhados pelo Cofecon encontram-se no quadro abaixo.

PROJETO	EMENTA
PEC 329/2013	Altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.
PL 5680/2013	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.

PLP 221/2012	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
PL 3687/2012	Altera o inciso I do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", e acrescenta novo inciso III ao art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de agilizar a abertura e o encerramento de empresas no País. Acrescenta o instrumento original de transformação societária, alteração de capital, incorporação, cisão e fusão para fins de andamento do processo de pedido de arquivamento ou extinção das empresas e autoriza convênio com os Conselho Regionais de Contabilidade para que os contabilistas efetuem a inscrição de entidades no CNPJ, bem como exame e guarda de documentos.
PL 3661/2012	Altera a Lei nº 7394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas; revoga dispositivos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002; e dá outras providências.
PL 3399/2012	Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, e da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, que Dispõe sobre o procedimento tributário administrativo e dá outras providências.
PL 509/2011	Altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados em alimentação escolar.
PL 2219/2011	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA).
PL 3427/2008	Acrescenta à CLT o art. 818-A, altera os arts. 195 e 790-B e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 195 e os §§ 4º e 6º do art. 852-A, para dispor sobre ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e estabelecer critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita.
PL 118/2011	Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Será prestada à parte, assistência judiciária, independentemente de possuir algum bem.
PL 2664/2011	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.
PLP 399/2008	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Inclui como beneficiárias do Simples Nacional as empresas de prestação de serviços de arquitetura e agronomia.
PLP 483/2009	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Autoriza a adesão ao Simples Nacional de todas as microempresas e empresas de pequeno porte.
PL 2245/2007	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.
PL 4891/2005	Regula o exercício das profissões de Árbitro e Mediador e dá outras providências.
PL 2579/1992	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.
PL 4953/1990	Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, as prerrogativas profissionais e dá outras providências. Consagra ao contabilista, o dia 25 de abril e

	transforma o atual curso de técnico em contabilidade em curso de técnico em escrituração contábil.
PL 6025/2005	Acrescenta parágrafo único ao art. 666 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispondo sobre a impossibilidade de dissensão do credor à nomeação do devedor como depositário dos bens penhorados, nas execuções judiciais em que a penhora recair sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas. Dá preferência ao próprio devedor para ser nomeado depositário, em se tratando de penhora de máquinas e implementos agrícolas.
PLP 200/1989	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil. Regulamenta o disposto no art. 192, inciso V, da Constituição Federal de 1988.
PL 600/2011	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.
PL 6225/2013	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.
PL 513/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas.
PLC 13/2013	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.
PLS 131/2013	Altera a Lei nº 9.249/1995, que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para permitir a dedução em dobro do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, as despesas operacionais com salários e encargos sociais de empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos.
PLS 193/2013	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.
PLC 15/2007	Institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e dá outras providências. O PLC 15 foi apresentado na Câmara dos Deputados onde tramitou com o nº PL 4711/2004. Aprovado na CD, foi remetido ao Senado Federal.
PLS 236/2012	Reforma do Código Penal Brasileiro. Entre os apensados está o PLS 55, de 2006, que "Altera a art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências".
SCD 166/2010	Estabelece o novo Código de Processo Civil, dividido em parte geral e parte especial. Na parte geral, compõe-se dos seguintes livros: I - das normas processuais civis; II - da função jurisdicional; III - dos sujeitos do processo; IV - dos atos processuais; V - da tutela antecipada, e VI - formação, suspensão e extinção do processo. Na parte especial, dos livros: I - do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença; II – do processo de execução, e III – dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais, além de um livro complementar: das disposições finais e transitórias. Revoga a Lei nº 5.968/73 (atual Código de Processo Civil). Prevê sua entrada em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação oficial.
PLS 166/2010	Reforma do Código de Processo Civil.
PLS 658/2007	Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.

PLS 467/2008 - Complementar	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional
PLS 487/2013	Altera o Código Comercial, que passa a ser dividido em três partes: I) Parte Geral, composta dos seguintes títulos: a) Do Direito Comercial; b) Da Pessoa do Empresário; c) Dos Bens e da Atividade do Empresário; d) Dos Fatos Jurídicos Empresariais; II) Parte Especial, que disciplina os seguintes temas: a) Das Sociedades; b) Das Obrigações dos Empresários; c) Do Agronegócio; d) Do Direito Comercial Marítimo; e) Do Processo Empresarial; III) Parte Complementar, que contém as disposições finais e transitórias.
PLS 55/2006	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências.
PLS 439/2015	Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração. Estabelece que cargos e funções com atribuições voltadas para os campos da Administração, em organizações privadas, não governamentais e públicas, somente poderão ser providos por Tecnólogos e Administradores profissionais regulares na forma da lei, que ficam obrigados a comprovar, anualmente, perante organização empregadora, a regularidade com o Conselho Regional de Administração – CRA. Estabelece multas aplicáveis pelos CRAs.
PLS 141/2014	Altera o art. 67 da lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para ampliar as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabilizar a instalação e o funcionamento desse Conselho.

O ex-senador Inácio Arruda foi homenageado durante solenidade de posse da presidência do Cofecon. Ele é o autor da matéria de maior interesse dos economistas, o PLS 658/07, que atualiza a legislação profissional da categoria; o projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais do Senado

3.1 - Revista Economistas

A revista Economistas manteve sua tiragem de 10 mil exemplares, bem como sua periodicidade quadrimestral. A decisão de contar com mais conteúdo técnico fez com que houvesse uma maior ênfase nos artigos escritos por economistas. Entre as seções que havia anteriormente, foi ampliado o espaço para as resenhas de novos livros, diminuindo em quantidade e aumentando em qualidade.

O tema de capa da edição número 16 foi o ajuste fiscal, com Raul Velloso e Clemente Ganz Lúcio debatendo o tema, além de matérias sobre o assunto e artigos de Ricardo Amorim e Sérgio Gobetti.

Na edição número 17 o tema central foi o Congresso Brasileiro de Economia e alguns dos palestrantes do evento abordaram o tema central em artigos publicados na revista, desdobrando-o em temas como a visão keynesiana, desigualdade, distribuição de renda, sistema financeiro, economia criativa e desenvolvimento.

No número 18, os economistas Gesner Oliveira e Geovana Bertussi debateram os desafios da infraestrutura no país, o que também foi tema de matérias que ouviram outros economistas; também houve artigos sobre a expansão da fronteira agrícola e economia solidária.

3.2 – Assessoria de Imprensa

No mês de março foi contratada uma nova Assessora de Imprensa para o Cofecon, a jornalista Natália Kenupp. Em sua trajetória profissional, Natália passou por lugares bastante diferentes entre si como a Câmara dos Deputados, RP1 Comunicação e Correio Braziliense e sua contratação trouxe à autarquia um misto de experiência e dinamismo. A equipe ainda foi ampliada com a contratação do estagiário Júlio Poloni, que se tornou o responsável por ampliar a presença do Cofecon nas redes sociais.

Ao fortalecer o setor de Comunicação, o Cofecon buscou obter uma presença maior nos veículos de comunicação de alcance nacional e firmar-se como uma referência no debate econômico do país – algo que, inclusive, faz parte do Planejamento Estratégico elaborado pela entidade em 2011.

A autarquia buscou estreitar relações com vários veículos de comunicação, convidando jornalistas para almoços com o presidente e o vice, nos quais ambos expunham suas visões sobre a conjuntura e distorções da economia brasileira, como tributação e gastos elevados com os juros da dívida.

Notas oficiais do Cofecon foram elaboradas durante as sessões plenárias e discutidas entre todos os conselheiros. Para a divulgação dos textos foram convocadas coletivas de imprensa, que contaram com expressiva participação de jornalistas.

A estratégia obteve êxito e relatórios mensais de assessoria de imprensa foram elaborados para medir os resultados. Desde o mês de março, foram 1.140 inserções do Cofecon em matérias de internet, jornais, televisão e rádio; além disso, houve um aumento de 20% no número de seguidores no twitter e 64% na página do Cofecon no facebook. Foi criada, ainda, uma página destinada a estudantes, chamada Quero Ser Economista, que já conta com mais de 1.700 seguidores.

3.3 – Campanha do Dia do Economista

A campanha institucional em comemoração ao Dia do Economista 2015 foi dividida em duas partes para atender a público distintos: estudantes de Ensino Médio e economistas.

Estudantes

Para os estudantes o tema da campanha foi "Vamos falar de amor?", em que a profissão de economista foi apresentada de forma lúdica nas escolas por meio de vídeos com depoimentos, banners, folders e palestras realizadas ao longo do segundo semestre de 2015 em que os alunos aprofundaram conhecimentos sobre o curso de Ciências Econômicas e a carreira em si. O objetivo foi despertar o interesse dos jovens e, consequentemente, aumentar o número de alunos matriculados nas faculdades do País.

Os Conselhos Regionais foram orientados a realizar palestras para o maior número possível de alunos, em 10 escolas, tanto públicas quanto privadas, dirigidas a alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Os Regionais se encarregaram da escolha e contato com as escolas, além da realização das palestras.

O tema das palestras foi o curso de Ciências Econômicas e a carreira de economista, destacando as diversas possibilidades de atuação no mercado de trabalho. Esse primeiro contato com os jovens foi uma oportunidade de ressaltar a ampla formação dos economistas, as principais aptidões e interesses que os estudantes devem ter, as principais universidades e as diversas possibilidades de atuação profissional. O Cofecon sugeriu iniciar a palestra com o vídeo institucional da campanha, com depoimentos de economistas sobre o amor pela profissão e por assuntos que fazem parte do cotidiano dos estudantes, como música, futebol e viagens. Após o bate-papo, a recomendação é de que exibissem o vídeo voltado aos profissionais e distribuíssem o folder com informações básicas sobre a profissão.

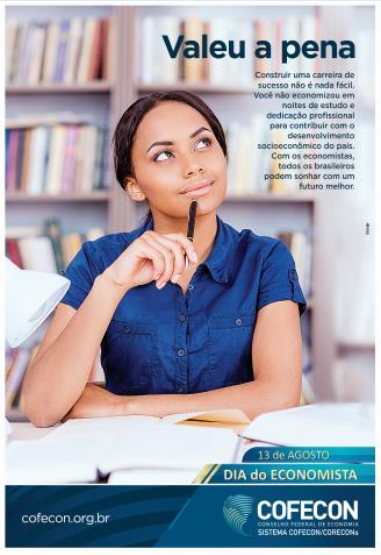
Vídeo da campanha "Vamos Falar de Amor?"

Cartaz institucional

Folder institucional

Cada regional recebeu 30 cartazes (10 cor-de-rosa, 10 amarelos e 10 azuis) para afixar nos murais das escolas em que as palestras serão realizadas. Cada instituição de ensino recebeu um de cada cor. Além disso, foi enviado um banner para ser utilizado pelo conselheiro regional durante as palestras e 350 folders para distribuição aos estudantes.

A campanha foi veiculada em meios impressos, sites especializados e redes sociais. Para os estudantes, a divulgação ocorreu durante 30 dias (01 a 31 de agosto), com impulsionamento de posts no Facebook, links patrocinados e anúncios em sites especializados, como Guia do Estudante e Mundo Educação. Além disso, foi publicado anúncio no jornal Radar Universitário, do grupo Destak.



Economistas

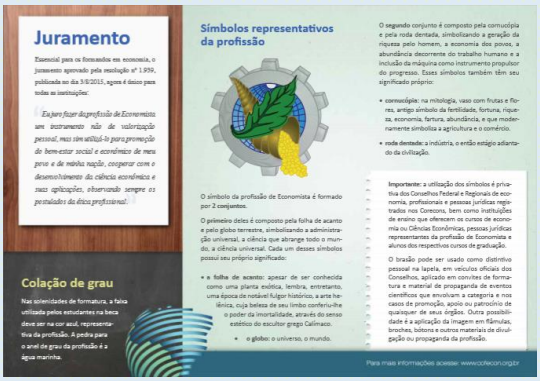
O tema da campanha voltadas aos profissionais foi "Valeu a pena", como forma de reconhecimento aos esforços na construção da carreira. A campanha voltada aos economistas contou com anúncio no jornal Valor Econômico no dia 13 de agosto. Os anúncios em sites especializados como Folha de S.Paulo, Valor Econômico, Estadão e Exame, impulsionamento de posts e links patrocinados ocorreram na semana de 10 a 16 de agosto, com frequência maior no dia 13 de agosto.

3.4 – Materiais institucionais

Além dos materiais institucionais produzidos para a campanha do Dia do Economista, o Prêmio Brasil de Economia e a Gincana Nacional de Economia, neste ano foram produzidos dois folders sobre a profissão de economista.

O primeiro deles diz respeito à atividade de economia solidária, regulamentada pelo Cofecon por meio da resolução 1.933. O folder aborda o conceito, os campos de atuação e a formação de grupos de economistas solidários.

O segundo traz o símbolo da profissão de economista, bem como suas normas de utilização, e o juramento que deverá ser utilizado em todas as instituições de ensino superior nas solenidades de colação de grau.



4.1 – XXI Congresso Brasileiro de Economia

Entre os dias 09 e 11 de setembro foi realizado em Curitiba o XXI Congresso Brasileiro de Economia. O evento contou com especialistas nacionais e internacionais e reuniu cerca de mil economistas e demais interessados. O tema central do evento foi "A apropriação e a distribuição da riqueza - desafios para o século XXI".

A cerimônia de abertura contou com a presença de diversas autoridades locais, entre elas o prefeito Gustavo Fruet, que em sua fala lembrou que o V Congresso Brasileiro de Economia, em 1983, ocorreu na mesma cidade quando seu pai era prefeito. A palestra magna foi realizada pelo economista Otaviano Canuto (foto), que falou sobre o momento econômico vivido pelo Brasil, apontando a necessidade de olhar para o longo prazo.

O evento ofereceu ao público 24 palestras destinadas ao debate sobre o tema central e a riqueza e pluralidade da ciência econômica, bem como 14 workshops que trataram de forma prática acerca da carreira do economista, mostrando aos estudantes e profissionais as oportunidades de atuação.

Após três dias de grandes debates e contribuições para o pensamento econômico brasileiro, os economistas elegeram Minas Gerais como sede do próximo Congresso Brasileiro de Economia, que será realizado em 2017. Também foi aprovada a Carta de Curitiba, contendo uma síntese do que foi debatido durante as palestras.

4.2 – XXI Prêmio Brasil de Economia

Na noite de abertura do XXI Congresso Brasileiro de Economia foi realizada a entrega do XXI Prêmio Brasil de Economia. Concorreram trabalhos acadêmicos em cinco diferentes categorias: monografia de graduação, artigo técnico ou científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado e livro de economia. Ao todo, foram entregues R$ 45 mil em prêmios, tendo os seguintes ganhadores:

Categoria Livro de Economia
1º Lugar (Prêmio de R$ 6.000,00): Economista Luiz Carlos de Santana Ribeiro(Corecon-SE)
Título: “Aspectos socioeconômicos e ambientais da reciclagem: Um estudo para o Rio de Janeiro”
2º Lugar (Prêmio de R$ 4.000,00): Economistas Angélica Patrícia S. Meurer e Pery Francisco Assis Shikida (Corecon-PR)
Título: “Análise da Agroindústria Canavieira nos Estados do Centro- Oeste do Brasil a partir da Matriz de Capacidades Tecnológicas”.

Categoria Tese de Doutorado
1º Lugar (Prêmio de R$ 6.000,00): Economista Isabel Pessoa de Arruda Raposo (UFPE)
Título: "O papel da rede de amizades e da formação aleatória de turmas por faixa etária sobre o desempenho escolar"
2º Lugar (Prêmio de R$ 4.000,00): Economista Arno Paulo Schmitz (UFPR)
Título: "Economia Regional: Ensaios Aplicados em Economia dos Recursos Hídricos"
3º Lugar (Prêmio de R$ 3.000,00): Economista Flaviane Souza Santiago (UFMG)
Título: "Projeções dos Impactos Econômicos Decorrentes das Mudanças Demográficas no Brasil para o período de 2010 a 2050"
Menção Honrosa: Tiago Santos Telles (Unicamp)
Título: Conservação dos Solos e Preços de Terras Agrícolas no Brasil

Categoria Dissertação de Mestrado
1º Lugar (Prêmio de R$ 5.000,00): Economista Samuel Costa Peres (UEM)
Título: "Fragilidade Financeira e Vulnerabilidade Externa na Economia Brasileira (1990-2013)"
2º Lugar (Prêmio de R$ 3.000,00): Economista José Alderir da Silva (UFRN)
Título: "Desindustrialização no Brasil: teorias e evidências para o debate"
3º Lugar: (Prêmio de R$ 2.000,00): Economista Ian Coelho de Souza Almeida (UFPR)
Título: "Disseminação do Pensamento Marxista Durante a Ditadura Civil – Militar: Uma Abordagem de História Oral"

Categoria Artigo Técnico ou Científico
1º Lugar (Prêmio de R$ 3.000,00): Economistas Bruno Martarello De Conti e Daniela Magalhães Prates (Corecon-SP)
Título: "Hierarquia monetária: implicações para as taxas de câmbio e juros e a política econômica dos países periféricos"
2º Lugar (Prêmio de R$ 2.000,00): Economista Rodrigo dos Santos Branco (Corecon-RJ)
Título: "Commodity currencies: um fenômeno real no Brasil?"
3º Lugar: (Prêmio de R$ 1.000,00): Economista Assilio Luiz Zanella de Araújo (Corecon-RS)
Título: "Existe (ou não) uma bolha imobiliária no Brasil? Uma análise teórica e empírica"

Categoria Monografia de Graduação
1º Lugar (Prêmio de R$ 3.000,00): Paulo Victor Berri Wilhelm (FURB)
Título: "Determinantes do Crescimento Econômico na América Latina: A Perspectiva da Capacidade Absorvedora"
2º Lugar (Prêmio de R$ 2.000,00): Vinícius Toledo Manhães (UFF)
Título: "Evolução da Densidade Industrial dos Estados do Sudeste Brasileiro: Pode-se Falar em Desindustrialização?"
3º Lugar (Prêmio de R$ 1.000,00): Camila Horts Toigo (PUC-RS)
Título: "Desenvolvimento humano e sustentável sob uma ótica conjunta: O que o IDH, o EPI e a pegada ecológica têm a revelar"

4.3 – V Gincana Nacional de Economia

Os estudantes Luan Vinicius Bernardelli e Gustavo Henrique Leite de Castro, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, foram os grandes campeões da V Gincana Nacional de Economia, promovida pelo Cofecon nos dias 10 e 11 de

setembro paralelamente ao XXI Congresso Brasileiro de Economia, em Curitiba. Eles superaram na final os rivais Raul Algusto Cunha e Gregory Luiz Takeo Hitomi, da Universidade Federal da Grande Dourados. A disputa de terceiro lugar foi travada por duas duplas amazonenses e a vitória coube a Bruno de Melo Ruas e Paulo Victor Oliveira Queiroz, da Universidade do Estado do Amazonas. Embora não seja costume convidar o quarto colocado ao palco para a cerimônia, neste ano foi aberta uma exceção. Isso porque Daniel Hideo Torres Shinoda e Marcelo Peres Canuto, estudantes da Universidade Federal do Amazonas, são calouros do curso de Economia e tiveram apenas dois meses de aulas antes da Gincana Nacional. Eles foram presenteados com o Dicionário de Economia do professor Paulo Sandroni.

4.4 – Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano

Durante a abertura do XXI Congresso Brasileiro de Economia, o Cofecon entregou os prêmios Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano – este último engloba as categorias Academia, Desempenho Técnico e Imprensa. A entrega foi feita pelo presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa.

O prêmio Personalidade Econômica do Ano coube ao economista Eduardo Gianetti da Fonseca (foto). Graduado em Economia (USP, 1978) e Ciências Sociais (USP, 1980), obteve o título de PhD em Economia pela Universidade de Cambridge. Foi professor em Cambridge (1984-1987) e na FEA-USP (1988-2000), sendo que atualmente leciona no Insper. Entre suas obras publicadas, duas delas receberam o prêmio Jabuti: Vícios Privados, Benefícios Públicos? (1993) e As partes & o Todo (1995).

O prêmio Destaque Econômico do Ano, categoria Academia, foi para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em sua fala, o professor David Kupfer destacou que esta é uma conquista dos mais de 80 professores e 35 funcionários da instituição, que recebe cerca de 1.100 alunos de graduação e pós-graduação. “O Instituto de Economia da UFRJ é a casa do desenvolvimento econômico no Brasil”, afirmou o professor.

Raquel Balarin representou o Valor Econômico, ganhador na categoria Imprensa. Ela lembrou que o jornal é jovem, tendo iniciado sua trajetória em 2000, e que a primeira capa impressa apontava para a carga tributária recorde no país – uma questão ainda atual.

Na categoria Desempenho Técnico, a instituição premiada foi o IPEA. O economista Carlos Hamilton Matos dos Santos apontou para o pioneirismo do Instituto em algumas discussões econômicas no país – entre elas, a ocupação do cerrado. “Temos nos concentrado na assessoria do estado brasileiro e contamos com parcerias com 18 ministérios”, afirmou o economista. “Mas também servimos à população, divulgando nossos estudos na forma de textos para discussão. Todos os que estão aqui presentes já leram pelo menos um texto do IPEA”.

O evento contou, ainda, com uma emotiva homenagem ao economista João Paulo de Almeida Magalhães. Foi exibido um vídeo, no qual renomados economistas falavam sobre a trajetória do professor que possui mais de seis décadas dedicadas à ciência econômica. Coube ao economista Reinaldo Gonçalves fazer um breve discurso em homenagem a João Paulo. O homenageado faleceu poucos dias depois, em sua casa.

4.5 – Visita à Universidade Católica do Salvador

Em 06 de janeiro o presidente do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas da Costa, acompanhado do conselheiro Virgílio Pacheco e do economista Nei Cardim, realizou uma visita ao reitor da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Padre Maurício da Silva Ferreira. A delegação do Cofecon tratou da possibilidade de reabertura do curso de Economia pela universidade. O reitor informou que a medida já está nos planos da instituição, mas que antes será implantado um curso de pós-graduação em economia.

"O encontro foi da mais elevada importância", destacou o presidente do Cofecon. "Nós pudemos perceber o envolvimento da UCSal com os economistas, seja no nível da graduação, seja no nível da pós-graduação".

4.6 – Defesa junto ao BC das prerrogativas dos economistas

O presidente do Cofecon reuniu-se no dia 28 de janeiro com o diretor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, da Diretoria de Política Econômica (DIPEC) do Banco Central. Durante o encontro, Paulo Dantas deixou clara a necessária inserção de economistas como responsáveis técnicos nos processos de avaliação e operações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A preocupação do Presidente do Cofecon abrange os aspectos econômicos e financeiros desses projetos, cuja avaliação é privativa dos economistas, conforme determina a lei 1.411, de 13 de agosto de 1951.

O assunto ocupa várias diretorias do Banco Central desde julho de 2014, quando o Cofecon fez abordagens ao BC solicitando informações a respeito da tramitação do processo de interesse dos economistas do país. Até meados do ano passado, encontrava-se no Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e Proagro. Desde então, passou por outros departamentos do Banco Central, responsável pela regulação do sistema monetário do País.

4.7 – Reunião com a Secretária do Orçamento Federal

O presidente do Cofecon reuniu-se em 26 de março com a economista Esther Dweck, Secretária do Orçamento Federal. Ele esteve acompanhado por Jenner de Morais e ambos representaram o Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas. O assunto discutido foi uma emenda apresentada à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, que pretende integrar as receitas e despesas dos Conselhos de profissões regulamentadas ao Orçamento Geral da União. Paulo Dantas enfatizou que a proposta fere a autonomia dos Conselhos. "Nossa argumentação foi muito bem recebida pela secretária", comemorou o presidente.

4.8 – III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

As dificuldades enfrentadas pelos 114 municípios brasileiros mais vulneráveis socioeconomicamente estiveram em debate durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável. O vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, participou da mesa "As distorções do federalismo brasileiro e a urgente situação fiscal e social do g100", no dia 8 de abril, e apresentou dados sobre as periferias metropolitanas e o impacto para a economia do país.

O g100 reúne os municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes que possuem as mais baixas receitas correntes per capita e os mais altos índices de vulnerabilidade socioeconômica. "Dos 114 municípios que fazem parte da lista, 57 estão próximos a grandes centros urbanos. As periferias metropolitanas, passam por um processo de crescimento populacional muito acima da média nacional, com aumento de aproximadamente 1% ano", argumentou Miragaya.

Para o vice-presidente do Cofecon, que publicou o artigo "Desigualdade orçamentária entre Distrito Federal e a periferia metropolitana aprofunda a desigualdade social" no anuário do g100, os municípios vulneráveis são caracterizados como cidades-dormitório, com pouca ou nenhuma atividade industrial. Miragaya citou como exemplo mais expressivo a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), cuja receita total é 15 vezes menor do que a do Distrito Federal.

4.9 – Recepção aos calouros da UFS

O presidente do Cofecon participou no dia 08 de abril da recepção aos calouros da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O evento também contou com palestra do presidente do Corecon-SE, José Carlos Oliveira de Sousa.

"Fiquei muito satisfeito pela oportunidade de conviver com estudantes que estão iniciando a vida acadêmica. Foi uma ocasião ímpar para conversarmos sobre o papel do economista na sociedade", destacou Paulo Dantas. O presidente do Corecon-SE também falou sobre a atuação dos profissionais da área. "São preparados para exercer atividades em diversas áreas da administração pública municipal, estadual, federal e privada em prol do desenvolvimento do nosso país e melhoria da qualidade de vida em sociedade", completou.

Sousa também citou que o curso de Economia da UFS sempre preparou e formou excelentes economistas, como Aloísio Campos, Gilson Cajueiro, Josué Modesto, que foi reitor da UFS por duas vezes, e Otaviano Canuto, presidente de operações do Banco Mundial.

4.10 – Colação de Grau da FEA/USP

No dia 14 de abril o conselheiro federal Jin Whan Oh esteve presente na colação de grau dos formandos do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, realizada no auditório do prédio FEA-5. Na oportunidade, o presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo e também professor da FEA, Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos, entregou Diplomas de Mérito aos estudantes Lucas Finamor e a André Medeiros Sztutman, por terem alcançado as mais altas notas da turma de 2014 do curso de Ciências Econômicas. Durante o evento, também foram homenageados professores e alunos vencedores do Concurso de Monografias.

4.11 – Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons

O Cofecon realizou nos dias 16 e 17 de abril, em Brasília, o Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/ Corecons. O evento contou com a participação de gerentes e fiscais dos Regionais a fim de discutir os problemas comuns e implementar melhorias na gestão, além de possibilitar a troca de informações sobre práticas exitosas adotadas pelos servidores do Sistema.

O presidente Paulo Dantas, em sua fala, destacou a atualização do Manual de Fiscalização do Sistema Cofecon/ Corecon, coordenada pelo conselheiro federal Odisnei Antonio Béga, coordenador da Comissão de Fiscalização. "É um dos setores mais importantes desenvolvidos pelos Regionais porque está entre o coração e o cérebro do Sistema. É muito importante que as experiências sejam assimiladas para aplicação de boas práticas", recomendou.

O curso "Comunicação Oficial – Exigência de qualidade nas organizações", ministrado por Paula Cobucci, consultora responsável pela atualização da 3ª edição do Manual de Redação da Presidência da República, foi um dos destaques do evento. O encontro também abordou a gestão financeira, o relacionamento com o Banco do Brasil e outras instituições bancárias, orientações da Comissão de Tomada de Contas, troca de experiências sobre fiscalização e informes do Setor de Tecnologia da Informação.

4.12 – Conselheiros avaliam curso da Unisul Virtual

Os conselheiros federais Celina Martins Ramalho, Luiz Alberto Machado e Valery König realizaram no dia 17 de abril uma visita técnica para avaliar o curso de Ciências Econômicas oferecido pela Unisul na modalidade à distância. A delegação foi recebida pelo diretor da Unisul Virtual, professor Fabiano Ceretta, e pela equipe da coordenação do curso de Ciências Econômicas.

A trajetória da Unisul teve início em 1964 como Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina. Hoje cerca de 30 mil alunos estudam as mais variadas áreas do conhecimento em três campi: Grande Florianópolis, Tubarão e o Campus UnisulVirtual. Este último está ramificado com polos em todos os estados brasileiros. "Fiquei impressionado com o curso de Ciências Econômicas porque reflete 15 anos de experiência na educação à distância", revelou o conselheiro do Cofecon, Luiz Alberto Machado.

A coordenadora da Comissão de Educação, Celina Ramalho, avalia que a Unisul deu um passo pioneiro no sistema educacional brasileiro. "É um caminho bastante inovador que permite um grande entrosamento entre os alunos, profissionais e professores para atingirem a teoria e a prática mais inovadoras. A busca pela qualidade, a eficiência e a comprovação da efetividade foram os aspectos que mais me chamaram a atenção no curso da Unisul", afirmou Celina.

4.13 – Reunião com o relator do PLS 658/07

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas, e o coordenador da Comissão de Normas e Legislação do Cofecon, Róridan Penido Duarte, reuniram-se em Brasília com o senador Romero Jucá no dia 28 de abril para tratar do Projeto de Lei 658/2007, que atualiza a regulamentação profissional do Economista. Também estiveram presentes o presidente do Conselho Federal de Administração, Sebastião Luiz de Mello, e o vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Zulmir Ivânio Breda. Dantas defendeu as prerrogativas profissionais dos economistas e o senador solicitou que os outros dois Conselhos apresentem projetos relacionados às atividades de suas respectivas profissões, sendo Romero Jucá o responsável pelos encaminhamentos. O PLS 658/07 tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado em caráter terminativo.

4.14 – Reunião com o Observatório Social

No dia 20 de maio a presidência do Cofecon reuniu-se em Brasília com o presidente do Observatório Social, Antonio Barros, para conhecer as ações já desenvolvidas em todo o Brasil e verificar de que forma o Conselho pode participar. Atualmente, o Observatório Social está presente em 80 cidades e 15 estados, e conta com aproximadamente 2 mil voluntários.

"Conscientizar a população sobre a fiscalização da aplicação de recursos públicos é uma iniciativa muito importante. Como parceiros do Observatório Social, podemos repercutir essas questões junto aos Corecons, além de sugerir a aproximação dos Regionais com os Observatórios nos estados, de forma que todos estejam envolvidos em ações de transparência da gestão pública", destacou Paulo Dantas. O presidente lembrou ainda que os Corecons do Piauí e Tocantins já aderiram às ações de incentivo à cultura de fiscalizar o emprego do dinheiro público.

4.15 – Cofecon participa de encontro de estudantes

Na noite de 05 de julho a Universidade Federal do Tocantins recebeu a cerimônia de abertura da 41º edição do Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco). A palestra de abertura foi realizada pelo vice-presidente do Cofecon. Miragaya aproveitou para falar rapidamente aos alunos sobre o funcionamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Economia e o seu papel como entidade representativa da categoria na fiscalização da atuação do profissional economista.

Miragaya também expressou preocupação com as medidas adotadas pelo governo para combater a crise econômica e falou da persistência do Banco Central em aumentar as taxas de juros, o que tem prejudicado a retomada do crescimento econômico.

4.16 – Presidente recebe comenda Mérito de Economistas

Em evento realizado no dia 12 de agosto, como parte das comemorações da semana do economista, o presidente Paulo Dantas recebeu da Câmara de Vereadores de Natal a comenda Mérito de Economistas, entregue pelo vereador Raniere Barbosa.

"Nasci no Rio Grande do Norte. Portanto, esse foi um momento muito especial em minha vida, pois tive a oportunidade de retornar à minha terra e receber da casa do povo uma homenagem que me deixou muito honrado", afirmou Dantas. Após a cerimônia, o presidente ministrou uma palestra sobre a profissão de economista e o mercado de trabalho.

4.17 – Debate na Feira do Empreendedor

A crise econômica e seus desafios para micro e pequenas empresas foi o tema de debate promovido pelo Sebrae no Distrito Federal durante a Feira do Empreendedor. O vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, que também é diretor técnico da instituição, conduziu um bate-papo com os economistas Dércio Munhoz e José Luiz Pagnussat, ambos ex-presidentes do Conselho. O evento ocorreu no dia 27 de agosto em Brasília, no Taguaparque.

4.18 – Visita à Secretaria de Patrimônio da União

O vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, reuniu-se no dia 29 de outubro com a superintendente da Superintendência de Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU), Valéria Veloso. Miragaya agradeceu ao órgão pela cessão do espaço para a nova sede do Cofecon, apresentou informações sobre o andamento das obras, inclusive com fotos, e convidou para a inauguração. A reunião serviu também para veicular uma segunda demanda à SPU: o Cofecon pleiteará às superintendências estaduais a cessão de imóveis pertencentes à União, sem uso, localizados nas capitais, para o funcionamento dos Corecons que não dispõem de sede própria ou mesmo para aqueles que estão instalados em condições insatisfatórias. Também participaram do encontro a coordenadora de apoio ao Sistema, Aline Tales Ferreira; a coordenadora da Coordenação Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local da SPU Nacional, Mara Angel Monteiro Dalla Costa; e o técnico da SPU/DF Evaldo Santana.

4.19 – XIII Encontro Internacional de Economistas

O vice-presidente do Cofecon representou a instituição no XIII Encontro Internacional de Economistas, realizado na Cidade do Panamá de 23 a 25 de novembro. Organizado pelo Colegio de Economistas de Panamá e pela Associação dos Economistas da América Latina e do Caribe (AEALC), o evento teve a participação de mais de 600 economistas de 16 países da região, além de profissionais dos EUA, Canadá e da Europa. O presidente e o vice-presidente do Corecon-RJ, José Antônio Lutterbach e Sidney Pascoutto, também participaram.

Júlio Miragaya, que também é diretor técnico do Sebrae no DF, proferiu a palestra "La inclusión Productiva en Brasil: el rol de las Micro y Pequeñas Empresas en el Desarrollo Económico y Social del País" e participou do painel "La Participación de las Pymes en el Fortalecimiento de la Economia de los Países de la Región", com representantes de entidades da Colômbia e Panamá.

A Assembleia Geral da Associação dos Economistas da América Latina e do Caribe (AEALC) foi o destaque do segundo dia de evento. Foi decidido que a instituição apoiará iniciativa do Corecon-RJ de realizar um seminário no Rio de Janeiro no segundo semestre de 2016 em que serão discutidas alternativas para o desenvolvimento econômico do continente.

4.20 – Audiência no Banco do Nordeste

Em audiência com o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, economista Marcos Costa Holanda, dirigentes do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e da Federação Nacional dos Economistas (Fenecon) propuseram mudança no atual sistema de análise dos pedidos de financiamento, que tem restringido o trabalho dos economistas que atuam como projetistas. O encontro, realizado no dia 16 de dezembro em Fortaleza, atendeu reivindicações dos Conselhos Regionais de Economia e Sindicatos de Economistas do Nordeste.

Desde 2014 o BNB eliminou a necessidade de apresentação de projeto de viabilidade econômico-financeira pelas micro e pequenas empresas para contratação de financiamentos de longo prazo. Essa decisão vem gerando reclamações dos economistas, conscientes da necessidade de apresentação desse estudo, até pouco tempo adotado pelo Banco, para subsidiar a aprovação de financiamento, considerando que a grande maioria das operações é de até 12 anos. Com isso, o processo de concessão de crédito de longo prazo a essas categorias empresariais ficou vinculado à existência de um limite de risco cliente, calculado pela metodologia do credit scoring.

Durante a audiência foi proposto que o Banco volte a exigir os estudos de viabilidade econômica toda vez que essa metodologia limitar o acesso ao crédito, sobretudo para os casos de projetos de implantação, servindo também

para mitigar os riscos das operações. O presidente do Banco se comprometeu em estudar o assunto e brevemente formalizar sua resposta.

O Cofecon e a Fenecon foram representados por seus vice-presidentes, Júlio Miragaya e Edson Roffé. Também estiveram presentes o presidente do Corecon-CE, Allisson Martins; o diretor do Sindecon-CE, Joacy Leite; o vice-presidente do Corecon-RN, Ricardo Valério Menezes; o diretor do Sindecon-RN, Davi Queirós Medeiros, além de outros diretores do BNB.

4.21 – Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal - ENAM

Nos dias 14 e 15 de maio realizou-se em Boa Vista, Roraima, o IX Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal (ENAM). O evento aconteceu no auditório da UFRR, tendo como tema "Roraima no desenvolvimento regional da Amazônia".

Questões fundiárias, ambientais, indígenas e de desenvolvimento regional fizeram parte da pauta de debates. Para o presidente do Corecon-RR, Florêncio Melo, o objetivo do encontro foi destacar a importância do desenvolvimento econômico da região de forma sustentável.

4.22 – XX Encontro de Economistas da Região Sul

Nos dias 06 e 07 de agosto de 2015 a UFRGS sediou o XX Encontro de Economistas da Região Sul, em Porto Alegre. Ao longo do evento foram debatidos temas como energia elétrica, agronegócio no contexto da queda de preços das commodities, desindustrialização no Brasil e a economia gaúcha.

Um dos pontos altos do evento foi a palestra magna, realizada pelo Prof. PhD Werner Baer, sobre obstáculos internos e externos para o crescimento econômico do Brasil. A próxima edição do Enesul será realizada no estado de Santa Catarina.

4.23 – V Encontro de Economistas da Região Sudeste

Nos dias 06 e 07 de agosto o Rio de Janeiro sediou o V Encontro de Economistas da Região Sudeste. O evento, realizado pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ) e Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED), teve lugar no Auditório da Bolsa de Valores.

No primeiro dia do encontro, José Luís Fiori realizou uma palestra sobre o Brasil e a geopolítica mundial. No segundo, um debate sobre indicadores econômicos e sociais contou com a presença de Márcio Pochmann, Paulo Januzzi e Roberto Olinto Ramos; e, mais tarde, Reinaldo Gonçalves, Luiz Carlos Bresser Pereira e João Antonio de Paula falaram sobre a política macroeconômica para o futuro.

CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL DEVE SER IMEDIATAMENTE RETOMADO

(27/03/2015)

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu em 2014, segundo o IBGE, tão somente 0,1%, com forte desaceleração em relação a 2013 (2,7%). O Conselho Federal de Economia entende que este ritmo de crescimento de nossa economia, expresso na queda do PIB *per capita* de 0,7%, está muito aquém das necessidades do país e da geração de empregos.

A análise do desempenho setorial do PIB, pela ótica da oferta, revela que o pior desempenho foi do setor industrial, com queda de 1,2%, e que, não obstante o forte crescimento da indústria extrativa mineral (8,7%), decorreu do péssimo resultado da indústria de transformação (queda de 3,8%) e do grupo composto pela construção civil, energia, gás, água e esgoto (queda de 2,6%).

O setor de serviços teve crescimento de 0,7%, com destaque positivo nos segmentos de serviços de informação (4,6%) e atividades imobiliárias (3,3%) e negativo do comércio (-1,8%). Já o setor agropecuário teve crescimento modesto, de 0,4%.

Pela ótica da demanda, embora tenha havido expansão do consumo das famílias (0,9%), ocorreu uma forte desaceleração em relação a 2013 (2,9%). O mesmo se deu no consumo do governo (crescimento de 1,3% contra 2,2% em 2013). Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve queda de 4,4%, levando sua participação no PIB a recuar de 20,5% em 2013 para 19,7% em 2014.

Neste momento em que o governo federal promove um ajuste fiscal, o Cofecon revela sua preocupação com a possibilidade de as medidas propostas virem a comprometer a necessária retomada do crescimento econômico.

O Brasil está carente de uma política econômica de longo prazo, resistente no tempo, cujo objetivo seja promover o crescimento da economia e proporcionar a redução da pobreza e da desigualdade social e elevar o bem-estar da população brasileira.

O Governo Federal tem constantemente tomado decisões de política econômica de curto prazo, com base em conveniências conjunturais. Assim, nesses últimos anos, num contexto internacional de oscilação econômica, a gestão anterior foi marcada por medidas que, a rigor, não surtiram os efeitos esperados: desonerações fiscais; manutenção artificial de importantes preços da economia, como combustíveis e energia; e elevação dos gastos de capital e correntes, mas sem compensação de receita, o que resultou em deterioração das contas públicas e elevação das expectativas de inflação.

Esse contexto levou à proposição de ações de ajuste fiscal e monetário, muito embora parte delas ainda em tramitação no Congresso Nacional. Os sinais que chegam do mercado são de pessimismo, com empresários adiando projetos de investimentos em razão dos elevados juros e baixa competitividade enquanto, de outro lado, trabalhadores sofrem com a perspectiva de redução dos salários reais e desemprego, determinada pelo crescimento da inflação e queda nos resultados das empresas, que se reflete no desempenho insatisfatório do PIB.

Nesse cenário, soa preocupante e inaceitável a perspectiva que se avizinha de elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que já sofreu majoração em dezembro, constrangendo ainda mais um elemento fundamental de política creditícia e dificultando a retomada do investimento produtivo no país.

O objetivo da equipe econômica é alcançar, em 2015, superávit primário correspondente a 1,2% do PIB, ou R$ 66,3 bilhões, sendo R$ 55,3 bilhões advindos da União e o restante dos estados e municípios. Esse montante corresponde a tão somente cerca de 20% dos gastos com juros da dívida pública. Dito de outra forma, o ajuste fiscal será feito com sacrifício do setor produtivo, com consequências mais profundas para a classe trabalhadora, em prol do setor financeiro, promovendo a transferência de recursos do primeiro para o segundo. Vale ainda destacar que a prática de gerar superávits primários eterniza uma situação favorável aos rentistas, credores dos títulos da dívida pública, uma vez que a manutenção de altas taxas de juros eleva o valor total da dívida pública.

Uma das consequências prováveis será a redução do volume de recursos a serem transferidos pela União e, portanto, os estados e municípios tenderão a realizar esforço fiscal maior, a partir da utilização de outros mecanismos para elevação da arrecadação, assim como a racionalização de despesas.

É de se esperar também que cortes de subsídios e em programas de grande impacto social, como o Minha Casa Minha Vida, gerem consequências negativas no nível de emprego e na aquisição de insumos da indústria, impactando negativamente o dinamismo econômico.

Diligentes com a nossa missão institucional, alertamos quanto aos possíveis desalinhamentos que essa política econômica poderá causar aos setores produtivos com efeito direto nas condições de trabalho e de vida da sociedade brasileira.

Conselho Federal de Economia - Cofecon

A ARMADILHA DOS JUROS

(29/05/2015)

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) exorta a diretoria do Banco Central do Brasil, por ocasião da 191ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em 2 e 3 de junho próximos, a encerrar a trajetória de aumento da taxa básica de juros (Selic).

Esta aumentou nada menos que 6 pontos percentuais nos últimos dois anos, passando de 7,25% ao ano em abril de 2013 para 13,25% ao ano em abril de 2015. Embora o argumento do Banco Central para o aperto monetário seja a necessidade de reduzir a inflação, deve-se considerar que a elevação recente do nível geral de preços decorreu, em grande medida, da alta de preços administrados, tais como energia elétrica e combustíveis, e dos repasses associados à desvalorização cambial. Deve-se acrescentar que o ambiente recessivo há vários meses, por si só, inibe novo ciclo de aumento de preços.

Os efeitos têm sido avassaladores: inibição do investimento privado e do consumo; atração de investimentos para títulos públicos, subtraindo recursos do mercado de capitais; estímulo à entrada de dólares, contribuindo para a apreciação do Real, com sacrifício para a indústria brasileira e para as contas externas do país; elevação dos gastos com juros da dívida pública, inibindo a capacidade de investimento do Estado Brasileiro. Além destes, aumenta a transferência da riqueza em benefício da reduzida parcela de detentores dos títulos públicos.

Os gastos com juros da dívida pública saltaram de R$ 248 bilhões em 2013 para R$ 311 bilhões em 2014. Esse aumento de R$ 63 bilhões, na prática, anula todo o sacrifício cobrado à nação pelo governo para gerar o superávit primário (R$ 66 bilhões), inclusive com cortes nos orçamentos de programas do governo (PAC e Fies), aprovação de medidas que implicam em retirada de direitos sociais e elevação da taxa de desemprego.

Deve-se ressaltar que a cada aumento de um ponto percentual na taxa Selic, o aumento do gasto com juros da dívida pública corresponde ao dispêndio anual com o Programa Bolsa Família (cerca de R$ 25 bilhões).

Ao concorrer para o aprofundamento da retração econômica, a elevação da taxa básica de juros leva à redução da receita fiscal do governo (queda de 2,71% no 1º quadrimestre), dificultando o alcance da própria meta de superávit primário. Destaque-se que o atual patamar de juros chega a superar a própria expectativa do mercado financeiro.

Neste 29 de maio, o IBGE divulgou os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) para o 1º trimestre de 2015, com variação de - 0,2% em relação ao 4º trimestre de 2014 (e queda de 1,6% em relação ao 1º trimestre de 2014) com desempenhos muito ruins do investimento (FBCF), que teve queda de 1,3% e do consumo das famílias, com queda de 1,5%. Prognóstico do próprio Banco Central já aponta para uma retração da ordem de 1,2% do PIB em 2015.

O Cofecon mostra preocupação com a condução da política econômica no Brasil, caracterizada por uma visão excessivamente curto-prazista, refém de uma dicotomia entre inflação e crescimento, tendo a taxa Selic, como instrumento primaz de gestão econômica. Isso exclui uma perspectiva mais ousada que contemple uma visão estrutural e de longo prazo, expressa num claro e factível projeto de nação.

Por tudo isso, o Cofecon se pronuncia de forma inequívoca contra novas elevações da taxa Selic e pela redução da mesma.

Conselho Federal de Economia - Cofecon

CRISE ECONÔMICA E EFEITOS NO MERCADO DE TRABALHO

(31/07/2015)

O Conselho Federal de Economia reitera sua preocupação com a ênfase dedicada aos ajustes de curto prazo da política econômica, que têm tido reflexo direto nas condições de vida de grande parte da população, concomitante à ausência de um projeto que contemple políticas capazes de pavimentar uma trajetória sustentada de crescimento.

Após longo período de melhora das condições do mercado de trabalho – expressa, por exemplo, pela queda da taxa de desemprego que passou, em média, de 12,3% em 2003 para 4,8% em 2014, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE – indicadores recentes evidenciam deterioração acentuada. O último dado disponível, relativo a junho, mostra que o desemprego atingiu 6,9% da força de trabalho, substancialmente acima dos 4,8% assinalados no mesmo mês de 2014.

No mesmo sentido, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), foram eliminados 390 mil empregos com carteira assinada no primeiro semestre de 2015, o pior número nesse tipo de comparação desde 1990, sendo que 83% dos demitidos ganhavam até dois salários mínimos. A situação se torna mais dramática ao analisarmos o estudo **Elevação da Taxa de Juros Agrava Situação do Mercado de Trabalho no Brasil: 2002/2015**, disponível no site do Cofecon, que aponta para a perda de 1 milhão de empregos em 2015. A crise é generalizada espacialmente – todas as grandes regiões do país estão demitindo – e setorialmente, ainda que os cortes tenham sido maiores na indústria e na construção civil.

A piora no mercado de trabalho reflete, com certa defasagem, um conjunto de medidas de política econômica que está levando o país à recessão. Nesse sentido, destacam-se os sete aumentos consecutivos da taxa básica de juros, recentemente elevada para 14,25% a.a., o maior patamar desde o segundo semestre de 2006.

A combinação de juros altos com mercado de trabalho em queda tende a aumentar o endividamento das famílias que, em média, estão comprometendo 22% da renda com pagamentos de seus compromissos (principal e juros) – acima dos 19% verificados em 2010, de acordo com dados do Banco Central – além de contribuir para o aumento da inadimplência.

Visando reduzir demissões, o Governo Federal publicou medida provisória permitindo que as empresas, respeitando certos critérios, diminuam em até 30% a jornada de trabalho e em até 15% os salários. Embora possa representar alento aos empregadores, tal medida deve ser vista apenas como paliativo. O sucesso da iniciativa vai depender, sobretudo, da retomada da atividade econômica e da melhora das expectativas dos agentes.

Nesse sentido, mais do que providências emergenciais, o que vai dar sustentação à recuperação do mercado de trabalho são ações com foco no longo prazo, orientadas para estimular a formação bruta de capital fixo. A redução da taxa básica de juros é parte fundamental desse processo, mas certamente não é a única. Podemos citar: melhoria da infraestrutura – com maior eficiência e menor atraso dos investimentos públicos, aliado a parcerias com o setor privado, que inclui a realização de um programa de concessões bem desenhado, combinando taxa de retorno satisfatória e prestação de serviço de qualidade à população – simplificação tributária, redução da burocracia,

condições de crédito favoráveis a setores que tenham cadeias produtivas extensas e que sejam grandes geradores de emprego, incentivos à ciência, tecnologia e inovação, entre outros. Também é recomendável a adoção de medidas que reduzam o *spread* bancário e estimulem a concorrência no setor, na medida em que causa espécie o aumento dos lucros dos bancos em meio à gravidade da atual crise.

Deve-se também enfatizar a redução pelo Governo da meta de superávit primário, de 1,1% do PIB para 0,15%, feita em decorrência da "frustração" da receita no primeiro semestre, resultante, principalmente, da retração da atividade econômica, demonstrando o ciclo vicioso que o país vive. Tal situação explicita ainda a incongruência de nosso modelo tributário, com os tributos incidindo principalmente sobre a produção e o consumo e muito pouco sobre a renda e a riqueza.

Em suma, a crise vivida pelo país, que não é somente econômica, mas também política, revela-se efetivamente grave, o que demanda responsabilidade não só do Governo Federal, mas de todos os agentes públicos e privados.

Conselho Federal de Economia – Cofecon

CARTA DE CURITIBA – XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

(11/09/2015)

Com a temática "A apropriação e a distribuição da riqueza - desafios para o século XXI", a 21ª edição do Congresso Brasileiro de Economia reuniu, de 9 a 11 de setembro de 2015, na cidade de Curitiba, economistas e especialistas do país, em evento que contou a presença de cerca de mil participantes.

O tema escolhido evidencia a preocupação do sistema Cofecon/Corecons, órgãos de representação da categoria, com os níveis alarmantes de concentração da riqueza no país, ao mesmo tempo em que estimula o debate que possa subsidiar políticas públicas que visem reduzir seus efeitos desfavoráveis ao bem-estar da sociedade brasileira.

Destaca-se que o período de realização do encontro caracteriza-se por grave crise econômica e política no Brasil, em meio a ambiente externo adverso – quedas de preço de nossas exportações e desaceleração da atividade econômica de parceiros comerciais importantes – e políticas econômicas contracionistas no país. A esse respeito manifestamos preocupação com a ênfase dedicada aos ajustes de curto prazo e a falta de um Projeto de Nação. O momento exige pronta capacidade de resposta e responsabilidade dos entes públicos e privados.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, embora políticas de estabilização seguidas das de aumento do salário mínimo e de transferência de renda tenham contribuído para aliviar o problema. Mesmo assim, ranking elaborado pelo Banco Mundial, com dados relativos a 2011, mostra o país ocupando a 42ª posição de uma amostra de 45 países. Dados de riqueza são, infelizmente, escassos no Brasil, mas de acordo com a regularidade espacial e temporal observada nos países onde há informações, pode-se deduzir, com grande margem de segurança, que a concentração da riqueza é substancialmente maior que a concentração da renda. Nesse sentido, a Receita Federal divulgou dados do IRPF entre 2008 e 2014, mostrando que as 71.440 pessoas mais ricas do Brasil – que correspondem a 0,05% da população economicamente ativa e 0,3% do total dos declarantes do Imposto de Renda – ganharam 14% de todos os rendimentos e acumularam 22,7% da riqueza de todos os contribuintes em bens e serviços financeiros (R$1,2 trilhão de patrimônio).

A literatura especializada é rica em mostrar os malefícios da desigualdade. Em países desiguais os pobres têm baixa representatividade política e, portanto, não têm seus interesses devidamente defendidos. A classe dominante, detentora do poder econômico e político, molda as regras do jogo ao seu favor e não se interessa em prestar serviços públicos de qualidade porque não os utiliza. Resulta desta situação subinvestimento na provisão de serviços públicos

de saúde e educação básica, fazendo com que as crianças pobres estudem em escolas de mais baixo nível, dificultando o acesso à universidade e, consequentemente, aos melhores empregos. Sendo assim, a desigualdade de renda é também decorrente de desigualdade de oportunidades. Cabe observar, ainda, que o distanciamento das classes, ao enfraquecer a coesão social, contribui para o aumento da violência e conflitos, reduzindo a qualidade de vida e o bem-estar social.

Até mesmo instituições conservadoras como o FMI têm mostrado que países mais desiguais apresentam menor crescimento econômico.

É evidente que algum grau de desigualdade vai sempre ocorrer e nem toda desigualdade deve ser combatida. Para o bom funcionamento da sociedade é recomendável que o mérito, decorrente de maior esforço, seja recompensado, de modo a estimular a produtividade, a inovação e o empreendedorismo. Contudo, conforme observa Stiglitz, há apenas "um grão de verdade" em acreditar que os mais abastados são os mais eficientes. Não são os grandes cientistas nem aqueles que fizeram os maiores benefícios à humanidade que predominam entre os mais ricos, mas principalmente os que herdaram fortunas e se beneficiam dos rendimentos do capital, sobretudo em sua forma financeira.

Pikkety, utilizando rica base de dados, mostra que há uma tendência de longo prazo de aumento de concentração de riqueza em muitos países, decorrente do fato do retorno sobre o capital ter sido maior que o crescimento do PIB. É razoável supor que essa tendência é potencializada no Brasil onde os altos juros que incidem sobre a dívida pública beneficiam um minúsculo número de detentores. Atualmente as despesas com juros correspondem a cerca de 8% do PIB, sendo esse um elemento poderoso de reprodução da concentração da riqueza no país.

Dada essa problemática, recomendam-se as seguintes ações:

i. (i)Redução das desigualdades de oportunidade: (a) expansão e melhora da qualidade dos serviços públicos de saúde e educação básica; (b) promoção de maior inclusão financeira, facilitando o acesso ao crédito produtivo, articulada com política de educação financeira para que seja utilizado de forma responsável e planejada;

ii. (ii)Maior justiça tributária através de uma política tributária mais progressiva, com impostos que incidam mais sobre a renda e menos sobre produção e consumo. Nesse particular, cabe observar que, no Brasil, os mais ricos pagam proporcionalmente menos impostos sobretudo porque parte expressiva da renda provem de lucros e dividendos, que são isentos. Trata-se de um caso incomum, quando se observa que são tributáveis em 33 dos 34 países da OCDE. Além disso, também deve compor essa política maior participação da tributação sobre patrimônio – sobretudo herança –e a criação de um imposto sobre grandes fortunas.

iii. (iii)Maior divulgação, por parte da Receita Federal, de dados relativos a renda e patrimônio dos brasileiros, aplicados no país e no exterior – em linha com o que acontece em muitos países – respeitando o sigilo. A disponibilidade de dados é peça fundamental para o desenho de boas políticas públicas.

Por fim, cabem considerações sobre o momento delicado da economia atual, com recessão, deterioração da confiança de empresários e consumidores e aumento do desemprego frente a medidas de ajuste, com destaque para as seguidas elevações da taxa básica de juros, atualmente em 14,25% a.a., que têm inibido o investimento e aprofundado a retração econômica, além de aumentar a concentração da riqueza, conforme descrito anteriormente. Chamamos a atenção para a ênfase dedicada às medidas de curto prazo e a falta de articulação dessas políticas com um planejamento de longo prazo que eleve o padrão de vida dos brasileiros.

Dessa forma, avaliamos que a retomada sustentada do crescimento requer a mudança do "curto-prazismo" que tem dominado a política econômica nacional para a elaboração de um projeto de Brasil condizente com nossas potencialidades. Além de taxas de juros mais baixas, a orientação da política econômica deve ser de estímulo à formação bruta de capital fixo, através de concessões para infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, que promovam o adensamento de cadeias produtivas, inclusive em nível regional, de modo a reduzir os vazamentos de

renda, e, ao mesmo tempo, que propiciem inovações e absorção de tecnologias que assegurem vantagens competitivas em vários setores, assegurando inserção mais favorável na economia globalizada. Recomendamos medidas em favor de uma reestruturação da matriz industrial, realizando investimentos em prol do desenvolvimento de setores de tecnologia avançada, beneficiando empresas de capital nacional. O desafio de superação da crise é proporcional à sua gravidade, exigindo responsabilidade institucional dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

CARTA ABERTA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E AO CONGRESSO NACIONAL

(28/11/2015)

O Brasil é um dos países que possui modelo tributário de maior regressividade, concentrando-se em tributos que incidem sobre a produção e o consumo em detrimento daqueles sobre a renda e a riqueza, o que é socialmente injusto por onerar mais as classes de menor renda. Além dessa composição, mesmo quando se analisa a tributação sobre a renda, os mais ricos pagam proporcionalmente muito menos, agravando o caráter regressivo de nossa estrutura tributária.

Dessa forma, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) dirige-se a V.Exªs por meio desta carta aberta para sugerir o patrocínio de uma medida que, parcialmente, corrigiria tais distorções, contribuindo para o equilíbrio fiscal e a justiça tributária, sem prejuízo de outras medidas que venham a ser adotadas, tanto no âmbito da receita quanto, sobretudo, no da despesa:

Reinstituir a incidência do IRPF sobre lucros e dividendos

De acordo com dados recentemente divulgados pela Receita Federal do Brasil relativos a 2014, as 71.440 pessoas mais ricas do país, cujos rendimentos mensais médios superam R$ 108,5 mil, pagam 6,7% de imposto de renda sobre os rendimentos totais, enquanto que estratos intermediários, por exemplo, aquele com rendimentos mensais entre R$ 13,6 mil e R$ 27,1 mil, pagam 11,8%. Tal distorção decorre principalmente do fato de o topo da pirâmide social brasileira ser mais beneficiado pela não incidência do tributo sobre lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas de empresas. Ressalte-se que, além de já ter sido cobrada no Brasil até 1995, referida taxação vigora em 35 dos 36 países integrantes da OCDE, inexistente apenas na Estônia.

A título de exercício, estudo realizado por técnicos do IPEA aponta que, com uma alíquota de 15% como era até 1995, a taxação renderia R$ 43 bilhões por ano (valores de 2013) e o imposto sobre o rendimento total no topo da distribuição seria de 13,2%. Já com a aplicação da tabela progressiva do IRPF, com um teto de 27,5%, a arrecadação chegaria a R$ 59 bilhões e a alíquota efetiva atingiria 17,5%.

Acabar com esse benefício fiscal é uma medida fundamental para a maior justiça tributária no Brasil, na medida em que alcançaria a renda dos muito ricos, abrindo perspectivas para futuras desonerações do setor produtivo.

Conselho Federal de Economia – Cofecon

Valeu a pena

Construir uma carreira de sucesso não é nada fácil. Você não economizou em noites de estudo e dedicação profissional para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do país. Com os economistas, todos os brasileiros podem sonhar com um futuro melhor.

13 de AGOSTO

DIA do ECONOMISTA

cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
SISTEMA COFECON/CORECONs

COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, sala 1201 | CEP: 70318-900 - Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800 / Fax:(61) 3208-1814
CNPJ: 33.758.053/0001-25